

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## DESEMPREGO ALASTRA ENTRE JOVENS E LICENCIADOS

O desemprego é um drama que aflige actualmente mais de 414 mil pessoas inscritas nos centros de emprego de Portugal, o que se traduz num aumento percentual, relativamente ao mesmo mês de 2002, de 28,3 por cento.

Os novos licenciados e as populações da região Norte são os portugueses mais afectados por este flagelo social que o Governo tem menorizado e negligenciado.

Em apenas 12 meses, o número de pessoas com formação superior mas sem trabalho aumentou 47 por cento, o que representa mais 10 mil jovens à procura do primeiro emprego.

A região Norte registou, no mesmo período, mais de 170 mil novos desempregados, o que corresponde a 41 por cento do total nacional.

O secretário-geral do PS alertou, ontem no Porto, para o drama que se vive no País, fruto da "insensibilidade social" que tem caracterizado a política de emprego da direita.

Ferro Rodrigues exige medidas concretas, objectivos quantificados, compromissos e responsabilidades assumidas por parte do Executivo para "encarar de vez uma situação preocupante que se agrava mês após mês".

3

### QUALIFICAÇÃO

Portugal deve voltar a apostar na formação dos recursos humanos

7

### JUSTIÇA PENAL

Soares patrocina manifesto para um debate profundo

4

### ENTREVISTA

Luís Marinho: Constituição europeia clarifica competências

13



## BOAS FÉRIAS SOCIALISTAS

Encontramo-nos

em Portimão

na nossa

Festa de Verão

28 de Agosto, 2003

PS  
Socialista

# A HERANÇA DOS GOVERNOS PS

O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou recentemente o seu Relatório relativo ao ano em curso.

O seu título "Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana" coincide com o primeiro dos objectivos estabelecidos na cimeira do Milénio da ONU de 2000. Esta juntou o maior número de Chefes de Estado alguma vez reunido e visou obter o compromisso de países ricos e pobres no sentido de tudo fazerem para erradicar a pobreza, promover a dignidade e a igualdade humanas e alcançar a paz, a democracia e a sua sustentabilidade ambiental.

Seguindo a metodologia que hoje em dia se considera ser a mais eficaz no sentido de garantir que conseguimos progressos relativamente ao alcance de objectivos que nos propomos atingir, estes foram definidas e explicitadas em metas temporais. Para alcançar o primeiro objectivo – erradicar a pobreza extrema e a fome – estabeleceram-se duas metas:

- 1- reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menor que um dólar por dia;
- 2 - reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem fome.

Conforme se explicita na parte introdutória do Relatório, durante a década de 90 os debates sobre o desenvolvimento concentraram-se nas questões económicas, nas atinentes à boa governação e nos da justiça social e envolvimento das pessoas nas decisões que lhes dizem respeito.

Embora reconhecendo-se a importância e a indispensabilidade destes aspectos para garantir o desenvolvimento humano sustentável, este Relatório vem propor uma abordagem política para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio através do tratamento dos constrangimentos estruturais que impedem o crescimento económico e o desenvolvimento humano.

Sem prejuízo de o Pacto de Desenvolvimento do Milénio ser um Plano de Acção que se destina principalmente aos países que precisam de apoio muito dirigido para a resolução dos seus gravíssimos problemas estruturais, os chamados "países de prioridade máxima e alta" o objectivo do desenvolvimento humano sustentável não deixa de ser um objectivo global e, portanto, aplicável a todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento, sendo que, nos países mais ricos, o investimento interno que façam no sentido da permanente melhoria dos seus desempenhos a este nível, também os responsabiliza, numa lógica de solidariedade entre os países, no sentido de mudarem as suas políticas relativas à ajuda, dívida, comércio e transferência de tecnologia para os países pobres.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) mede a realização em três dimensões básicas: a esperança de vida à nascença, a escolarização e o conhecimento e o nível de rendimentos.

Ora, entre os 55 países que integram o grupo dos considerados no nível elevado de desenvolvimento humano, Portugal ocupa o 23º lugar, de acordo com os dados

reportados a 2001, o que significa um avanço de cinco lugares neste "ranking", relativamente ao Relatório anterior.

Fruto de uma avaliação independente e não influenciável, uma vez que os dados são obtidos através de agências internacionais que têm os recursos e os conhecimentos para os compilar e tratar, Portugal consegue assim dar um enorme salto positivo mercê das prioridades políticas estabelecidas pelos Governos PS. Com efeito, o reforço dos investimentos na educação, no combate à pobreza e no sistema de saúde tiveram o seu retorno, objectivamente mensurável. E estas prioridades políticas foram estabelecidas porque se não investimos decididamente nas pessoas não conseguimos resolver os problemas estruturais profundos que nos caracterizam, inviabilizando o nosso desenvolvimento de forma sustentada.

A inversão das políticas conduzidas pelo Governo da actual maioria relativamente a estes objectivos, apontando os efeitos em vez de resolver as causas, terá como consequência natural a reversão dos bons resultados alcançados.

E isto é tanto mais grave quanto, pesem embora os progressos alcançados, as debilidades do País são enormes e elas estão bem demonstradas nos relatórios sociais do Eurostat:

Maior taxa de pobreza da União Europeia; maior taxa de abandono precoce do sistema de ensino; maior taxa de risco de pobreza não só na população em geral como na população assalariada; maior assimetria na distribuição de rendimentos. Esta situação aliás, a par dos nos baixíssimos níveis de literacia, bem como grande discrepância na esperança de vida à nascença entre mulheres e homens e elevada taxa de incidência de sida, foram os indicadores que não nos permitiram ainda melhor posição no "ranking" referido.

Isto significa que o enorme esforço dirigido que estávamos a fazer não poderia ser abrandado, pois os riscos negativos das consequências, relativamente ao nosso nível de bem-estar e de respeito pelos direitos humanos fundamentais, são enormes. Mas se analisarmos a nossa posição na outra face desta questão, ou seja a da ajuda ao desenvolvimento, Portugal figura em terceiro lugar no conjunto de todos os países do mundo, no que se refere à ajuda desinteressada.

Significa isto que cumprimos aqui, ainda melhor, e de forma assinalável, a nossa responsabilidade no sentido de contribuirmos para construir um mundo menos injusto e mais inclusivo.

Estávamos no bom caminho, embora ainda longe do seu fim.

Abandoná-lo constitui gravíssimo erro político cujas consequências serão altamente negativas para todos nós.

É o que sentimos todos os dias e lemos no rosto das pessoas com as quais nos cruzamos diariamente.

Razão pela qual faz todo o sentido reafirmarmos permanentemente o ideário do PS e procedermos ao seu aperfeiçoamento nas políticas concretas que concebemos para melhor servirmos os portugueses e o seu desenvolvimento.



**MARIA DE BELÉM  
ROSEIRA**

*Fruto de uma avaliação independente e não influenciável, uma vez que os dados são obtidos através de agências internacionais que têm os recursos e os conhecimentos para os compilar e tratar, Portugal consegue assim dar um enorme salto positivo mercê das prioridades políticas estabelecidas pelos Governos PS.*

## GOVERNO HULK

### ANTOONIO COLAÇO

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS  
QUEREM REFORMAS?  
ATÉ OS COMEMOS!

DESEMPREGADOS  
QUEREM EMPREGOS?  
ATÉ OS COMEMOS!

DOENTES QUEREM SAÚDE  
DE BORLA?  
ATÉ OS COMEMOS!

INSTITUTO NACIONAL DE  
ESTATÍSTICA COM CONTAS  
CERTAS?  
ATÉ OS COMEMOS!

CONTAS CERTAS NO  
ORÇAMENTO?!  
E AGORA COMO  
DESCALÇAMOS A BOTA?



**FERRO ALERTA**

# DESEMPREGO AFECTA MAIS OS LICENCIADOS E NORTE DO PAÍS

O Governo não cumpriu o Plano Nacional de Emprego (PNE) e falhou rotundamente o compromisso assumido pelo Estado português perante a União Europeia (UE) de manter o desemprego abaixo de 5 por cento. Ferro Rodrigues acusou o Executivo de direita de ter transformado Portugal, em pouco mais de um ano, num país com uma taxa de desemprego a crescer quase cinco vezes acima da média comunitária.

Numa conferência de Imprensa realizada, ontem, na Federação do PS/Porto, o secretário-geral alertou para os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) relativos ao primeiro trimestre de 2003 que apontam para uma taxa de desemprego de 6,4 por cento.

Actualmente em Portugal, declarou Ferro, ficam desempregados mais 7.618 pessoas por mês, 254 por dia e 11 por hora. Mas, se o panorama nacional "assume contornos dramáticos", na Área Metropolitana do Porto (AMP), onde vivem 1,2 milhões de cidadãos, "o cenário é ainda mais preocupante", pois, este ano, registou 41 por cento do desemprego total nacional.

"São 42.223 novos desempregados só no Norte e em apenas 12 meses, tornando-se a região com mais desemprego do País", reafirmou o líder socialista, para quem esta é uma "situação e demasiado preocupante



para ficar sem resposta". Ferro Rodrigues salientou também que o flagelo do desemprego "atinge todos os níveis de escolarização", porem, dados estatísticos recentes "revelam com clareza que os mais penalizados são os jovens, os licenciados, os detentores de níveis de qualificação médios ou superiores".

"Este é um péssimo indicador sobre o real significado da situação do emprego em Portugal e sobre o futuro da economia portuguesa", declarou o secretário-geral, garantindo que os números do Instituto Nacional de Estatísticas não só confirmam as contas socialistas, mas são ainda mais pessimistas.

"Segundo o INE, o número de

licenciados em situação de desemprego subiu 61 por cento no último ano e terá atingido 34.300 jovens, citou o líder do PS, exigindo do Executivo que, antes do fim das férias lectivas, apresente a sua política de emprego, as metas concretas nesta área da governação e assuma um compromisso claro relativamente à taxa de desemprego para o final de 2003.

"Que medidas para combater o desemprego, em Portugal e em especial na Região Norte" e "que resposta para os cerca de cem mil jovens que todos os anos, depois do Verão, chegam ao mercado de emprego, com qualificações" foram as questões deixadas por Ferro Rodrigues, que considerou igualmente urgente saber se o Governo está em condições de garantir que não vão ser desperdiçados os apoios europeus à formação profissional".

"A direita está no poder há mais de 15 meses. Nesse período, a política de emprego nunca passou de um punhado de intenções e demasiado silêncio e falta de soluções para uma situação que se agrava mês após mês", denunciou Ferro, reiterando a ideais de que o Governo deve ao País, há já demasiado tempo, respostas, medidas concretas, objectivos quantificados e compromissos políticos" face ao crescimento do desemprego, cujas "consequências dramáticas" penalizam centenas de

milhares de portugueses e a economia nacional.

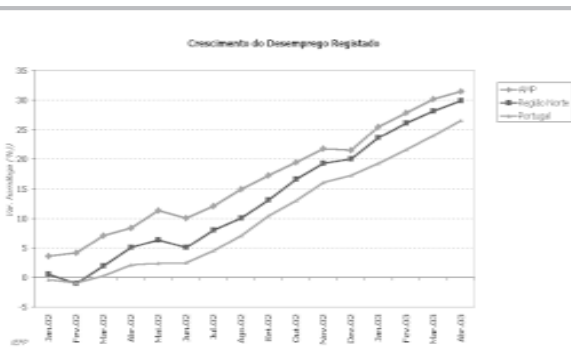
**Acessibilidades atrasadas**

Na área das acessibilidades, o líder do PS acusou o Governo de ter paralisado o investimento público, tendo, com isso, suspenso uma série de investimentos considerados essenciais para a região, como é o caso da circular externa do Porto, onde faltam construir ligações entre Ermesinde, Gondomar, Gaia, Santa Maria da Feira e Espinho.

Outro problema que tem motivado protestos por parte dos principais dirigentes do PS/Porto relaciona-se com a extensão do metropolitano portuense. Os socialistas querem saber quando será tomada a decisão de duplicar a linha da Trofa e por que razão ainda não se avançou com a duplicação da linha da Póvoa do Varzim, projectos que estavam em curso antes de o actual Executivo iniciar funções.

Quanto às obras do aeroporto Francisco Sá Carneiro, "projectadas e lançadas pela governação do PS", Ferro Rodrigues apontou para a existência de "atrasos incomprensíveis", que põem em risco a entrada em funcionamento deste equipamento de vital importância para a região Norte, podendo ainda "prejudicar seriamente o Euro-2004".

MARY RODRIGUES



# FESTA DE VERÃO DO PARTIDO SOCIALISTA

Sábado, 23 de Agosto, às 21h  
Praça da Antiga Lota (zona ribeirinha)

## Portimão

Intervenções de

**Eduardo Ferro Rodrigues**  
Secretário-geral do Partido Socialista

**Miguel Freitas**  
Presidente da Federação do Agrário

**Janella Medeiros**  
Secretária-geral da Juventude Socialista

Membros de

**Manuel António da Luz**  
Presidente da CDR de Portimão

**Isilda Maria Marques Gomes**  
Presidente da Comissão de Portimão

**Maria Feres Martins**  
Presidente da DR de Mulheres Socialistas

Socialista

# SOCIALISTAS REPUDIAM CALÚNIAS

Cirurgicamente calendarizadas, ao longo das duas últimas semanas, foram sendo publicadas notícias em diversos órgãos de Comunicação Social, com o claro objectivo político de atingir a direcção do PS e de diminuir a sua actividade enquanto maior partido da oposição.

Depois dos avisos que o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, fez em Góis (ver notícia na página 9) na festa distrital do PS Coimbra onde denunciou uma tentativa de decapitação da direcção, sucederam-se os ataques vertidos em notícias de jornais que relatam falsidades mas que foram apresentadas como notícias.

Esta situação absolutamente inédita entre nós motivou um conjunto de reacções da parte dos responsáveis do partido. Numa declaração lida à imprensa, João Cravinho, que se encontrava acompanhado de Maria de Belém, não só refutou veementemente as insinuações publicadas em "O Independente" e no "Correio da Manhã" como também anunciou a intenção de avançar com processos cíveis e penais contra os difamadores. "O secretário-geral do PS e os dirigentes atingidos [Vieira da Silva e Paulo Pedrosos] negam veemente e indignadamente terem tido conhecimento, em algum momento, de actos de pedofilia onde quer que seja. Quem alegadamente o faz agora tem de explicar porque não o fez na devida altura. Quem referiu estas mentiras será processado cível e criminalmente", refere-se na declaração do dia 25 de Julho onde também se pode ler que "o que está em causa não é apenas o bom nome do PS e da sua direcção, mas também o próprio equilíbrio institucional da democracia portuguesa".

Uma outra notícia, publicada no "Expresso" de 19 de Julho, sobre o alegado conhecimento de membros do anterior Governo, através de uma auditoria instaurada em 1998, de factos relacionados com a existência de casos de pedofilia na Casa Pia foi também alvo de um desmentido do

Secretariado Nacional que classificou tal notícia de "absoluta e injuriosamente falsa", pelo que anunciou que irá proceder judicialmente contra os responsáveis pela notícia divulgada neste semanário.

Num comunicado, o PS assinala que esta notícia já foi por diversas vezes propalada na Comunicação Social, com "o claro objectivo de atingir a imagem e a idoneidade da direcção do PS" e ainda que de "todas as vezes que surgiu, esta falsidade foi alvo do mesmo cabal desmentido, tendo sido sublinhado que o relatório levado a cabo pela Inspeção do Ministério do Trabalho e da Solidariedade assinalou a existência de indícios de irregularidades administrativas e financeiras mas nunca, em momento algum, qualquer ligação a eventuais práticas pedófilas em curso na Casa Pia".

O Secretariado Nacional esclareceu ainda "que denúncias anónimas recebidas no Gabinete do então secretário de Estado da Inserção Social, relativas a irregularidades no funcionamento da Casa Pia, foram alvo de inquérito, não apenas por parte da Inspeção-Geral do Ministério, como por parte do Ministério Público e da Polícia Judiciária", adiantando que apesar do Ministério Público ter



Não é só o bom nome do PS que está em causa, é também o equilíbrio institucional da nossa democracia

## PS QUER EXPLICAÇÕES SOBRE ESCUTAS TELEFÓNICAS

A confirmarem-se as escutas telefónicas ao líder do PS, as explicações por quem de direito têm de ser conhecidas o mais rapidamente possível. Em declarações à TSF, o porta-voz do PS, Vieira da Silva, disse que, a manterem-se as escutas, é algo surpreendente, adiantando "não querer acreditar que tal esteja a acontecer, porque nada o justificaria".

"Tenho muitas dúvidas que alguma vez pudesses ter sido justificadas as escutas a Ferro Rodrigues, mas depois de tudo o que se passou, caso se confirmem que se continuam a fazer escutas ao secretário-geral do PS e elemento do Conselho de Estado, é algo que necessitará de explicações, por parte de

quem tem autoridade para autorizar que as escutas sejam feitas", disse.

Por sua vez, o presidente da Comissão Parlamentar de Ética, o socialista Jorge Lação, quer que o procurador-geral da República se pronuncie sobre as escutas telefónicas a Ferro Rodrigues, "em nome da protecção da ordem pública democrática".

Para o deputado socialista, "este é um dever elementar do procurador-geral da República, Souto Moura, que não pode ficar calado perante esta matéria e deve esclarecê-la, em benefício da regularidade do funcionamento das nossas várias instituições".

decidido pelo arquivamento do processo, "ainda assim, os serviços do Ministério, por decisão da tutela e da Inspeção-Geral, continuaram o processo inspectivo que se veio a concluir em 2002".

No comunicado, o PS repudia ainda de forma veemente "o modo torpe como se pretende insinuar que membros do anterior Governo tomaram conhecimento da existência de indícios criminais relacionados com o abuso sexual de menores".

Por outro lado, uma nota do Gabinete de Imprensa do PS afirma ser "totalmente falso" que o secretário-geral, o presidente ou o líder do Grupo Parlamentar do PS tenham tido um encontro com o dr. Pedro Namora. Em causa está uma notícia publicada no "Diário de Notícias", com chamada à primeira página, com o sugestivo título "Namora confessa encontro com PS", "insinuando-se claramente no texto a possibilidade de se tratar do próprio secretário-geral do PS".

Para o PS, "trata-se pois de uma notícia absoluta e indecorosamente falsa, que merece o mais firme repúdio e protesto".

Entretanto, numa nota à Comunicação Social, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, classificou de "abjecta" uma notícia publicada no "Correio da Manhã" sobre um seu eventual envolvimento no processo da Casa Pia, que se sucede "a um conjunto de calúnias infames que têm surgido de forma recorrente nos meios de Comunicação Social".

"É uma notícia que tem um claro objectivo político e que assenta, única e exclusivamente, num acervo ignóbil de insinuações, que é totalmente desprovido de fundamento e completamente falso. Como tal, terá da minha parte a devida resposta, quer no plano cível, quer no plano criminal", sublinha o líder do PS. Ferro Rodrigues refere ainda que a ser verdade que o seu telefone continua sob escuta, devido a calúnias, eventualmente, sobre ele lançadas, tal facto "é do domínio do absurdo e revoltante".

## MANIFESTO

# ESTADO DA JUSTIÇA PENAL EXIGE REFLEXÃO E DEBATE PROFUNDOS

Destacadas personalidades da vida pública nacional, entre as quais o ex-presidente da República, Mário Soares, apelaram, a "uma ampla reflexão e debate sobre o actual estado da justiça penal" em Portugal, em manifesto divulgado no passado dia 24.

Os signatários do documento, Mário Soares, Jorge Lação, Freitas do Amaral, Leonor Beleza, Octávio Garcia, Gomes Canotilho e Galvão Teles, todos juristas de formação, lançaram um apelo para que "a sociedade portuguesa e os responsáveis institucionais" debatam e esclareçam matérias como a prisão preventiva, o segredo de justiça ou as escutas telefónicas, entre outras. "Faz sentido que sendo a prisão

preventiva uma medida excepcional, os presos preventivos representem em Portugal cerca de um terço do total de reclusos?", interrogam-se os signatários, que questionam ainda os prazos deste regime que, em casos especiais, pode atingir os quatro anos e meio.

Ainda em relação à prisão preventiva, o apelo lançado por este grupo de figuras públicas questiona se estará a ser cumprido o artigo da Constituição que determina que "toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada imediatamente e de forma compreensível das razões da sua prisão ou detenção".

Por outro lado, os signatários deste manifesto querem ver discutido o segredo



de justiça, que consideram, na prática, "dificultar o direito de defesa" e esclarecer a admissibilidade das "frequentes fugas de informação que violam impunemente o segredo de justiça".

Os sete signatários questionaram ainda se a garantia de liberdade pode "tolerar o recurso a escutas telefónicas que abrangem directamente pessoas sem a condição de suspeitos ou de cúmplices no âmbito de um processo criminal", exigindo também que estas questões, entre outras, sejam debatidas e esclarecidas "sob pena de as anomalias detectadas poderem conduzir à progressiva desvalorização do primado dos Direitos Humanos e ao declínio do Estado de Direito democrático".

## PS DENUNCIA AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E ORÇAMENTAL E EXIGE NOVAS POLÍTICAS



**O PS está preocupado com a situação económica e orçamental que "continua a agravar-se", com "todas as previsões a apontarem para que em 2004 Portugal tenha um pior desempenho económico que o conjunto da União". Por isso, exige "políticas diferentes daquelas que têm vindo a ser seguidas".**

Em conferência de Imprensa realizada no Largo do Rato, o deputado João Cravinho, que se encontrava acompanhado de Vieira da Silva e Eduardo Cabrita, sublinhou que com "o Governo de Durão Barroso estão 'assegurados' três anos de divergência com a Europa". Sublinhando que "Durão Barroso passou do discurso injustificadamente catastrófico para um discurso optimista que, infelizmente, a realidade não confirma", João Cravinho apontou "números oficiais que não mentem".

Assim, explicou, o PIB registou uma quebra de 1,2 por cento no primeiro trimestre de 2003, sendo este o terceiro ano consecutivo a apresentar uma variação negativa, e ainda, entre outros indicadores, a diminuição da produção industrial, a quebra da actividade comercial e a continuação do clima depressivo na área da construção civil, com as vendas de cimento a diminuírem quase 15 por cento no primeiro trimestre deste ano.

Mas se a situação económica é "grave" a evolução da execução orçamental "não é menos preocupante", disse o deputado socialista, que, baseando-se sempre em números oficiais, referiu que no mês de Junho "tornou-se clara a derrapagem orçamental não só do lado das receitas, mas sobretudo do lado das despesas, pois estas estão a crescer muito acima do previsto no OE para 2003".

Neste quadro, Cravinho prevê que em 2003, tal como em 2002, "não haverá qualquer real consolidação real das

contas públicas", e o défice público "será decerto bem superior a três por cento", pelo que, alertou, são de esperar que o Governo adopte "novas medidas extraordinárias, novas habilidades de tesouraria e novas formas de esconder o défice".

Por isso, adiantou, "importa que desde já o Governo esclareça quais são essas operações, qual o seu impacto, e quais as suas consequências para o presente e o futuro dos portugueses".

Neste contexto, Cravinho defendeu que "a situação económica e social do País, bem como a evolução da situação orçamental exigem políticas apropriadas, políticas diferentes daquelas que têm vindo a ser seguidas", que passam, nomeadamente, "um combate efectivo e muito sério à fraude e evasão fiscais", investimento público de "rigor e qualidade" e uma "profunda" reforma da Administração Pública, sem que sejam os funcionários a pagar o custo das alterações.

J. C. CASTELO BRANCO

## SOCIALISTAS MANTÊM DIVERGÊNCIAS SOBRE CONTAS PÚBLICAS

Falta transparência às contas públicas e uniformização nos critérios de contabilização. Esta a conclusão a que chegaram os deputados socialistas depois de ter ouvido, na Comissão Permanente da Assembleia da República, a ministra do Estado negar que em Portugal tenha havido "qualquer tipo de manipulação ou derrapagem" financeira até Junho deste ano.

O deputado Joel Hasse Ferreira reiterou a posição da bancada do PS ao considerar que "as despesas não estão controladas, as receitas estão a derrapar e o défice é elevadíssimo".

Os números usados pelo Ministério das Finanças "não são comparáveis", salientaram os socialistas que não ficaram convencidos nem satisfeitos com as explicações de Manuela Ferreira Leite, voltando a propor uma resolução sobre a transparência das contas públicas.

A titular da pasta das Finanças deslocou-se dia 24 à comissão permanente da Assembleia da República para esclarecer as questões que lhe foram colocadas pelo Grupo Parlamentar do PS relativamente à manipulação dos números da execução orçamental do mês passado e à derrapagem das despesas do Estado.

Apesar de negar qualquer derrapagem do lado da despesa orçamental, a governante reconheceu que a receita está a evoluir abaixo do previsto dado o abrandamento económico e o adiamento do Pagamento Especial por Conta (PEC).

No início do debate, Ferreira Leite envolveu-se na explicação de alguns critérios que tornavam as contas de 2002 difíceis de comparar com as de 2003, pelo que tiveram que ser feitos "acertos". A este propósito, o "Acção Socialista" publica na contracapa desta edição os gráficos onde se demonstram as contas mal feitas do Governo.



O défice é elevadíssimo, as despesas não estão controladas e as receitas derrapam todos os dias

# Universidade de Verão

## "GOVERNAÇÃO PROGRESSISTA"

### Évora de 19 a 23 de Agosto



#### Programa provisório

##### Dia 19 de Agosto, 3ªF

###### 17.00 Horas

Introdução e informações sobre o Programa e funcionamento da Universidade

###### 18.00 Horas

Abertura Oficial e introdução ao 1º Painel "A Governação Progressista", seguida de debate

##### Dia 20 de Agosto, 4ªF

###### 10.00 Horas

Workshop sobre Governação Local (autarquias)

###### 15.30 Horas

Painel sobre Governação Local (autarquias)

##### Dia 21 de Agosto, 5ªF

###### 10.00 Horas

Workshop sobre Governação Nacional

###### 15.30 Horas

Painel sobre Governação Nacional

##### Dia 22 de Agosto, 6ªF

###### 10.00 Horas

Workshop sobre Governação Europeia

###### 15.30 Horas

Painel sobre Governação Europeia

##### Dia 23 de Agosto, Sáb.

###### 10.00 Horas

Painel sobre Governação Mundial

###### 16.00 Horas

Sessão de Encerramento com a presença do Secretário Geral do PS, **Eduardo Ferro Rodrigues**

## SECÇÃO DE EDUCAÇÃO DO PS/PORTO

# POLÍTICA INSENSATA PÕE EM PERIGO QUALIDADE PEDAGÓGICA

A política governamental de reorganização da rede escolar é demagógica nas intenções, prepotente nos métodos e perigosa nos resultados. Esta a denúncia feita em comunicado pela secção de Educação da Federação Distrital do Porto do PS, que alerta igualmente para os riscos que esta estratégia para o sector representa na abertura do próximo período escolar.

Instabilidade na gestão das escolas, caos na inscrição e transferência de alunos, incoerência nos projectos educativos coexistentes no mesmo agrupamento e agravamento das desigualdades entre escolas são realidades preocupantes que fazem o PS/Porto reclamar "transparência, competência e bom senso nas decisões", bem como "consideração pelas comunidades educativas", para se encontrarem "soluções diversificadas que permitam melhorar a qualidade educativa e respeito pelas crianças e jovens".

No comunicado, os socialistas acusam a tutela de subverter a legislação existente, lançando, através de um despacho publicado em Junho passado, um processo urgente de verticalização obrigatória dos agrupamentos escolares com o objectivo de, no final, atingir cerca de 1400 unidades orgânicas a nível nacional, das quais 600 na área da Direcção Regional de Educação do Norte.

"Este processo conduziu à constituição de mega-agrupamentos (muitos dos quais com mais de 40 escolas, com distâncias entre si que chegam aos 60 quilómetros e com mais de dois mil alunos), onde coexistem diversos Projectos Educativos de Escola e onde a qualidade pedagógica e a boa governabilidade não conseguiram sobreviver", explicam os camaradas portuenses, apontando como principais prejudicados os alunos e as suas famílias.

Entretanto, denunciam ainda, "enquanto decorria este processo prepotente, a DREN conduzia um outro de "fusão" das Escolas Secundárias Rainha Santa Isabel e Alexandre Herculano".

"Não está em causa a necessidade de reorganizar e racionalizar a rede das escolas secundárias do Porto, mas sim a criação de um simulacro de debate sobre qual das duas escolas seria encerrada", acusam os socialistas, apontando o dedo ao que consideram ser "a pouca consideração demonstrada pela administração regional perante as comunidades educativas das duas escolas".

Quanto ao anunciado "roteiro das escolas secundárias", a secção de Educação do PS/Porto considerou que a pretexto da aparente liberdade de escolha acaba-se com um critério regulador da rede escolar e da organização interna das escolas (o critério da área de residência dos alunos) e dá-se mais um passo no caminho da criação de escolas de primeira e de segunda.

## ENSINO SUPERIOR

# PS CRITICA INCOERÊNCIA NA POLÍTICA DAS VAGAS

O Ministério da Ciência e do Ensino Superior abriu, em mais de uma dezena de cursos, vagas em número inferior ao proposto, ou seja, vagas de 10, 15 ou 20 alunos. Esta a denúncia feita pelo deputado socialista Augusto Santos Silva, em declarações à Comunicação Social, no dia em que foram conhecidas as vagas nas universidades e politécnicos públicos para o próximo ano lectivo.

Além disso, apontou o ex-titular da pasta da Educação, "este Governo criou mais cursos no Ensino Superior público, quando [na oposição] defendeu o contrário".

O porta-voz do PS para os assuntos do Ensino Superior afirmou, igualmente, que "o ministério penaliza com cortes de vagas cursos que preencheram completamente as vagas do ano anterior e que têm notas de entrada alta, como alguns cursos de Economia, Psicologia, Comunicação Social ou Sociologia".

"O ministério tinha-se comprometido a cortar vagas no Ensino Superior privado nos cursos em que cortou no público, criticou Santos Silva, acrescentando, porém, que os socialistas esperam que esse compromisso seja cumprido".

Apesar das incoerências apontadas, o ex-ministro da Educação da governação do PS não deixou de reconhecer uma "nota positiva" na política do Ministério da Ciência e Ensino Superior, afirmando que "o Governo fez bem em privilegiar as Ciências da Saúde quando se tratou de abrir vagas". O número de vagas postas recentemente a concurso diminuiu este ano. Ao todo, estão disponíveis 45.991 novos lugares no Ensino Superior público. Em relação ao ano transacto, a redução é de 3.253 vagas.

Há 35 cursos que já não recebem alunos e 40 que surgem pela primeira vez, sobretudo nas áreas da Saúde, Ciências e Tecnologias. Medicina tem mais de mil vagas.

## EXAMES NACIONAIS

# SOCIALISTAS EXIGEM EXPLICAÇÕES SOBRE ADIAMENTO DAS NOTAS

As razões que levaram o Ministério da Educação a adiar a afixação dos resultados dos exames nacionais do ensino secundário devem ser esclarecidas pelo seu responsável máximo. Esta a exigência dos socialistas, que se manifestaram preocupados com o prejuízo que esta situação acarreta para a vida de milhares de alunos.

A secretária nacional do PS para as questões educativas, Ana Benavente, considerou urgente uma explicação política sob pena de descrédito de um processo "que deu tanto trabalho e tanto investimento e que já estava consolidado".

A Comissão Nacional do Júri de Exames decidiu reavaliar as provas nacionais do 12º ano de um por cento dos alunos que este ano realizaram testes durante a primeira chamada por ter detectado discrepância de notas ao fazer uma análise estatística minuciosa das classificações.

Na sequência desta decisão, os resultados da primeira chamada não vão ser afixados no dia 22 de Julho, como estava previsto, mas apenas no dia 1 de Agosto, juntamente com os da segunda chamada. Ana Benavente não ficou convencida com as explicações técnicas avançadas pelo Ministério da Educação e também não aceita que, dado a importância do assunto, não tenha sido o ministro David Justino a dizer ao País o porquê do adiamento.

"Levamos sempre esta questão muito a sério e deixámos todo o processo consolidado. É estranho este atraso de dez



O Ministério da Educação menoriza as questões pedagógicas

dias na afixação dos resultados. Ele tem que explicar rapidamente o que aconteceu", reiterou a ex-secretária de Estado da Educação, que confessou temer "que a poupança cega tenha prejudicado os mecanismos".

A dirigente socialista defende que existem questões como os exames nacionais que não devem ser partidarizadas e que exigem continuidade de políticas.

Segundo Ana Benavente, "o ministro tem cuidado mais de poupanças cegas que do rigor dos procedimentos pelos quais é responsável e esqueceu-se completa-

mente, da dimensão pedagógica da vida das escolas".

A actual tutela, acrescentou, tem dado provas sistemáticas de que menoriza as questões pedagógicas.

"Com a avaliação não se brinca", advertiu a deputada socialista, para quem "bem bastam os exercícios apressados e falhados quanto aos rankings dos resultados dos exames no ano passado e o desconhecimento público quanto aos resultados nacionais das provas de aferição do ensino básico no ano passado".

## CAPITAIS NACIONAIS DA CULTURA

# GOVERNO DEVE TOMAR POSIÇÃO SOBRE CONTINUIDADE DO PROJECTO

A indefinição sobre o futuro do projecto das Capitais Nacionais da Cultura não pode continuar. Esta a exigência feita pela bancada do PS, que está manifestamente contra o eventual fim do evento.

O deputado socialista Augusto Santos Silva disse, no passado dia 24, em Coimbra, cidade prestes a cumprir meio ano de Capital Nacional da Cultura, não ter "nenhuma indicação" se o Governo tenciona continuar com o projecto das CNC.

Caso a tutela se decida pela continuidade deverá definir esta situação o "quanto antes" e esclarecer com que regularidade se fará esta iniciativa e quais são as próximas edições.

Augusto Santos Silva afirmou que se o Governo, "por acção ou omissão, quiser terminar com as CNC, terá a oposição do PS".

Quanto a um possível carácter bienal ou trienal do evento, o deputado socialista manifestou concordância, reiterando existirem "vantagens de continuar com as CNC, quer pela lógica do projecto, quer pelas virtualidades



reveladas neste meio ano de Coimbra 2003".

"É preciso que o Governo diga o que quer. É preciso que quem governa assumira responsabilidades e iniciativa

política, não é só estar presente nas inaugurações e estreias", sublinhou o parlamentar do PS ao culminar a visita que efectuou a Coimbra, acompanhado pelos deputados Luís Fagundes Duarte e Manuela de Melo.

Ao fazer um balanço positivo de Coimbra 2003 - Capital Nacional da Cultura, Augusto Santos Silva lançou também um apelo aos parceiros e organismos do meio cultural local para se unirem na preparação do desenvolvimento do evento nos próximos anos, de modo a que "o patamar de qualidade não seja perdido".

A política do património foi outro focado pelo deputado socialista, que criticou o que considerou ser uma "nítida quebra de actividade" do Instituto de Arqueologia, alertando para a "situação aflitiva" dos museus.

"A política do património está a ser feita com base em legislação datada de 1932", frisou, por seu turno, Luís Fagundes Duarte, ao corroborar a necessidade, já apontada por Santos Silva, de regulamentar a Lei de Bases do sector.

## EDUCAÇÃO, CULTURA &amp; CIÊNCIA

# QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO EM RISCO

*O grande desígnio da qualificação e formação dos cidadãos está a ser posto em risco pela estratégia irresponsável que o Governo de direita tem seguido em áreas fundamentais como a educação, o livro e a leitura, e a ciência e tecnologia. A situação é visivelmente dramática: cortes cegos no financiamento, desorientação política, desleixo, incoerências e abandono.*

*O PS, como principal partido de oposição exige que o Executivo corrija o rumo já.*

A bancada do PS está insatisfeita com a acção política do Governo na área do livro e da leitura, criticando os "cortes cegos no orçamento de 2003", lamentando a falta de iniciativas no Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) e reproovando a suspensão das Bolsas de Criação Literária antes de serem definidas as novas regras.

Depois de avaliar os 15 meses de governação de direita nesta área e de uma visita ao IPLB, os socialistas apresentaram, no passado dia 17, numa conferência de imprensa realizada no Parlamento, um balanço tristemente negativo.

A deputada Manuela de Melo destacou os cortes no financiamento verificados este ano no Instituto, "com menos 18 por cento no total, incluindo menos 3 por cento em despesas correntes e menos 20 por cento em investimento".

Os socialistas criticam ainda o facto de não existirem novas iniciativas e orientações no IPLB relativamente à Rede de Bibliotecas Escolares, ao Programa de Apoio à Coleção dos Clássicos e ao papel do Instituto nos apoios à edição, que, lembram, foram "promessas eleitorais do PSD".

Por outro lado, contestam em particular a suspensão das Bolsas de Criação Literária, "antes de serem definidas novas regras", pois, "produz-se por isso um hiato grave, havendo indicações de que estas verbas podem ser canalizadas para autores consagrados, que obviamente não precisam delas, o que é, claramente, um contra-senso".

Mas, porque o PS não está na oposição apenas para dizer mal, Manuela Melo disse que os socialistas registam "com agrado" a continuidade que a actual direcção está a dar à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, por ter conseguido manter o ritmo de abertura de novas unidades "apesar das restrições orçamentais".

O PS apoia igualmente a manutenção da política do preço fixo do livro e dos



Portugal deve voltar a apostar na qualificação e formação dos recursos humanos

programas de apoio à internacionalização da literatura e dos escritores portugueses, bem como as actividades de animação das bibliotecas.

"Agora parecemos estar todos de acordo com a linha orientadora para a política do livro e da leitura, observou o deputado Augusto Santos Silva, presente também na conferência de imprensa, não deixando passar a oportunidade para lembrar que "alguns ilustres intelectuais do PSD criticaram até ao cansaço uma política à qual hoje dão seguimento *ipsis verbis*".

O PS promete permanecer atento à evolução no sector, sobretudo aquando da discussão do próximo Orçamento de Estado e acompanhar a preparação da Lei do Livro, que se está a fazer no interior do IPLB, podendo vir a apresentar, "caso seja necessário", uma proposta alteração ou um diploma alternativo", adiantou Manuel Melo.

## Contra a lógica de retrocesso em Ciência e Tecnologia

A travagem do crescimento do investimento público na área da ciência e da tecnologia, a descida do apoio à investigação bem como uma "fortíssima restrição" e abandono dos institutos e laboratórios do Estado foram outros temas "dramáticos" denunciados, no mesmo dia, pelo PS, que se recusa a aceitar a "lógica de retrocesso" de 15 meses de "involução" no sector causada pela direita.

O deputado Augusto Santos Silva exigiu, em nome da bancada socialista, que no quadro da próxima preparação do Orçamento de Estado para 2004, sejam repostas as verbas transferidas para a Agência Nacional do Livro, de modo a que possam ser retomados os concursos de projectos e garantidas as restantes actividades de educação e divulgação científica.

O PS reclama igualmente a correcção da Lei Orgânica do Ministério da Economia, no sentido de repor a autonomia do Instituto Geológico Mineiro. Os socialistas propõem ainda que seja

acelerado o processo de reestruturação do Instituto de Investigação Científica e Tropical, e que seja de imediato nomeada uma direcção para este organismo, que "está em situação de orfandade há sete meses".

O deputado do PS manifestou-se também contra o que descreveu como a "menorização da área da investigação científica no quadro das actividades do Ministério da Ciência e Ensino Superior", bem como perante a "incerteza" a que está votada, presentemente, a Fundação Ciência e Tecnologia.

"É inacreditável a desvalorização, dentro da política de ciência, da dimensão essencial da promoção da cultura científica em toda a população, e, designadamente, na população em idade escolar", reagiu Santos Silva, lembrando os incompreensíveis ataques ao Programa Ciência Viva que, este ano, conta com menos 55 por cento do seu orçamento.

"As consequências são já gravíssimas", alertou o parlamentar, apontando não só para a falta de verbas neste projecto, mas sobretudo para a falta de interesse da tutela.

Por último o ex-governante socialista desafiou o primeiro-ministro a não mudar de discurso, mas de prática, lembrando que Durão Barroso "tem vindo a público dizer que está na altura de Portugal apostar na ciência e na tecnologia, acabando por fazer precisamente ao contrário".

O domínio científico e tecnológico não deve ser uma arena de confronto ideológico, pois é essencial para o desenvolvimento do País", lembrou Augusto Santos Silva, que reiterou a urgência de se fazer um esforço nacional para pôr este sector vital no centro da política económica, cultural e educativa. Para Setembro, adiantou, o PS vai retomar as visitas aos institutos públicos, dando continuidade à sua tarefa, enquanto oposição, de procurar conhecer os problemas no terreno, na sua real extensão, e fazer as denúncias necessárias.

MARY RODRIGUES

## APOIOS À CRIAÇÃO ARTÍSTICA

## DIREITA ASFIXIA CULTURA

A política de apoio à criação artística implementada pelo Governo de direita tem o sector cultural português numa situação de "asfixia financeira". Esta a denúncia feita pelo deputado socialista Augusto Santos Silva, que exigiu da tutela a "conclusão imediata" dos concursos para atribuição de subsídios. Os socialistas consideram que o novo sistema de apoios às artes do espectáculo anunciado pelo Ministério da Cultura "não faz sentido", uma vez que a nova direcção do Instituto das Artes ainda não foi empossada, devendo esta participar na definição das orientações estratégicas nesta área.

Assim, "o PS faz uma leitura muito negativa da política cultural no último ano, caracterizada por um ministério que não existe, pela falta de iniciativa e por uma asfixia financeira", afirmou Santos Silva, no passado dia 21, numa conferência de imprensa realizada no Porto para divulgar a posição da bancada socialista sobre esta matéria.

Depois de lembrar que um Estado democrático tem a "responsabilidade indeclinável de apoiar o desenvolvimento da criação artística", o parlamentar frisou que a política do actual Governo "fez recuar bastante o nível de apoio público à actividade independente nas artes do espectáculo".

Assim, o deputado lamentou a situação que se vive actualmente, isto é, "o maior atraso de sempre na atribuição dos subsídios às companhias e grupos".

Na conferência de imprensa realizada na sede da Federação do PS do Porto, o ex-ministro da Cultura socialista abordou o que considerou ser a "discussão pública quase clandestina" do anteprojecto de decreto-lei relativo ao sistema de apoios às artes do espectáculo.

Numa primeira reacção ao texto proposto pelo Executivo PSD/PP, os deputados do PS manifestam profunda preocupação com o desaparecimento dos júris na apreciação de candidaturas a programas plurianuais e com a ambiguidade com que é abordada a cooperação entre as autarquias e o poder central. No entanto, apoiam aspectos como a "clara assunção da responsabilidade do Estado no apoio financeiro às actividades artísticas independentes" ou o "alargamento do âmbito do financiamento às actividades de gestão e programação de salas e de investimento em infra-estruturas e equipamentos".

### Política cultural da Câmara do Porto é saloia

Neste contexto, Isabel Pires de Lima criticou a actual política cultural da autarquia portuense, acusando-a de recusar a partilha de responsabilidades financeiras com o Estado.

"A política cultural da Câmara do Porto revela uma total incapacidade de acompanhamento, diálogo e apoio às actividades culturais de interesse municipal", declarou.

Segundo a parlamentar do PS, o problema agrava-se uma vez que a edilidade também tem vindo a "desaproveitar os consideráveis recursos existentes".

Por sua vez, Augusto Santos Silva considerou que a política cultural do executivo camarário laranja é de "hostilização" aos agentes culturais da cidade, acusando-o de praticar uma política cega de sobrerância saloia face ao valor da criação artística".

### CASA DA MÚSICA

## SILÊNCIO DO GOVERNO MOTIVA REQUERIMENTO

Face ao "silêncio" do ministro da Cultura que continua sem responder a diversas questões colocadas pelos deputados do PS eleitos pelo círculo do Porto sobre o suporte financeiro da programação cultural e a participação do Estado no futuro modelo de gestão da Casa da Música, os parlamentares reafirmaram a sua determinação em obter as informações pedidas há já quatro meses num requerimento dirigido a Pedro Roseta.

No documento entregue na Mesa da Assembleia da República, a deputada Manuela Melo pergunta se o Ministério da Cultura "pode garantir o financiamento necessário à empreitada de estruturas agora finalizada e às empreitadas de acabamento, instalações técnicas e mobiliário, necessárias para manter a data da inauguração em Abril/Maio de 2004", bem como "o suporte financeiro indispensável à execução da programação cultural prevista até essa data".

Manuela Melo quer também que o ministério explique "as razões pelas quais demitiu a anterior administração da Casa da Música" e se "pode garantir que deu à actual administração indicações claras de que o objectivo principal e insubstituível é a concretização do projecto arquitectónico e do projecto cultural da Casa da Música".

# O PS CONTESTA A POLÍTICA AGRÍCOLA DO GOVERNO PORQUE:

## No plano interno

- Estão por cumprir todas as promessas demagógicas exaustivamente assumidas pelo primeiro-ministro e pelo actual titular da pasta;
- O clientelismo e a partidarização do ministério ultrapassam todos os limites;
- Retrocedeu-se vários anos em matérias e áreas essenciais.

## Vejamos como

- O Rendimento Agrícola caiu 6 por cento em 2002; depois das maiores subidas de sempre depois da entrada de Portugal na UE, nos últimos seis anos.
- 10 milhões de contos disponíveis para 2003 no programa "Ruris" (Desenvolvimento Rural) nem sequer foram requisitados a Bruxelas por confessada incapacidade para os utilizar.
- A generalidade dos instrumentos financeiros de política no âmbito do QCA está com baixíssimas taxas de execução.
- Lançou-se a maior confusão e desmoralização no funcionamento de diversos serviços do Ministério da Agricultura, como a ilógica tentativa de fusão do Instituto de Investigação das Pescas com o de Investigação Agrária ou a cosmética fusão do INGA com o IFADAP que só fez aumentar a burocracia e o número de funcionários.
- A "crise dos nitrofuranos" foi desastrosamente gerida com consequências arrasadoras para o sector avícola sem que até ao momento tenham sido divulgados quer o teor da contaminação quer a identificação ou as punições aplicadas aos responsáveis.
- Recuou-se no Plano de Combate a BSE, alterou-se, para pior, o sistema de controlo dos resíduos, adiou-se indefinidamente a solução para a sua destruição e não se foi sequer capaz de evitar a reposição do embargo europeu a carne de bovino portuguesa anteriormente levantado.
- Foi introduzido um manifesto retrocesso na estratégia de reforma do sistema de fiscalização e controlo da qualidade alimentar, ao decidir-se manter divididos por diversas tutelas ministeriais, e com diversos estatutos, os serviços de fiscalização e criando mais uma superestrutura inútil sem qualquer acção fiscalizadora directa.
- Abandonou-se a prioridade agrícola no "Alqueva" em alegado

benefício do turismo quando 2/3 do investimento no empreendimento é em infra-estruturas agrícolas.

- Sabotou-se a instituição do "Banco de Terras" e do "Fundo de Mobilização de Terras", instrumentos de política criados pelo Governo do PS para facilitar a instalação de jovens agricultores nas áreas beneficiadas por obras de regadio e para combater a especulação nos terrenos privados beneficiados por investimentos públicos e controlar a compra de terras por estrangeiros.
  - Revogou-se o decreto-lei que instituiu em Portugal a "modulação das ajudas", isto é a retirada de uma pequena percentagem aos maiores beneficiários para serem posteriormente redistribuídas através dos programas de desenvolvimento rural de que beneficiam prioritariamente as regiões e as agriculturas mais frágeis.
  - Substituíram-se, na maior parte dos casos por meros comissários políticos, cerca de 80 por cento dos dirigentes do Ministério chegando-se ao cúmulo de, três meses após a recondução do Presidente da Companhia das Lezírias, já na vigência do actual Governo, se ter indemnizado este em várias dezenas de milhares de contos para colocar no seu lugar um adjunto do ministro da Agricultura.
  - O Governo foi incapaz de resolver o problema da penalização dos produtores portugueses, por ultrapassagem da quota de leite, ao mesmo tempo que assistiu ao encontro de uma solução, nas instâncias comunitárias, para impedir que idêntica punição fosse aplicada aos produtores italianos.
  - Lançou-se a maior confusão na Região do Douro com o anúncio precipitado logo seguido de recuo de extinção da CIRDD e da constatação que as soluções propostas para a resolução do passivo financeiro da Casa do Douro nada tinham a ver com as promessas do primeiro-ministro durante a campanha eleitoral.
- No plano europeu**
- O Executivo conduziu uma estratégia incompreensível para os interesses nacionais no processo de reforma da PAC, com resultados decepcionantes que, ainda por cima, foram considerados uma "grande vitória" para o País.
- O Governo, através do primeiro-ministro ou do ministro da Agricultura**
- Apoiou, na Cimeira de Bruxelas de Outubro de 2002, sem obtenção de quaisquer contrapartidas, a decisão de congelar o "orçamento

comunitário agrícola" e de alargar a sua distribuição a mais 10 países, o que representará para os agricultores portugueses menos 130 milhões de euros por ano a partir de 2007.

- Adoptou, nas negociações da Reforma da PAC, uma incompreensível postura de submissão face aos interesses dos Estados-membros mais beneficiados pelo modelo vigente que, por essa razão, obviamente, o pretendiam manter. Não obteve com essa atitude qualquer contrapartida ao contrário do que sucedeu com aqueles que, satisfeitos, votaram favoravelmente o compromisso final deixando Portugal, de mãos vazias, a votar isoladamente contra.
- Não conseguiu ver aumentados as quotas ou direitos de produção tão exaustivamente prometidos, nem satisfeitos os pedidos para os sectores do leite, beterraba, trigo duro, algodão ou milho de regadio.
- Viu mesmo, nalguns casos como o trigo duro, diminuídos os montantes das ajudas de 344 euros/ha para 285 euros/ha, ou do leite, reduzida a possibilidade dos produtores açorianos poderem produzir, sem penalização, acima da quota nacional, menos 23.000 toneladas.
- Não obstante, invocou ganhos financeiros que, face à situação do país perante os seus congéneres europeus, ainda que verdadeiros seriam ridículos, mas que não correspondem à verdade e que até ao momento foi incapaz de, quantitativamente, justificar.
- Não foi capaz de impedir que, com a nova reforma, os agricultores portugueses continuem a receber apoios indexados aos valores históricos 2000/2002 o que significa a perpetuação da injustiça já que tais montantes representam os mais baixos valores dos Quinze, 4,5 vezes menos do que a média comunitária e quase 11 vezes menos do que auferem, "per capita" os agricultores dinamarqueses.
- Muito menos foi incapaz de evitar que as actividades que representam quase 60 por cento do Produto Agrícola português como a fruticultura, a horticultura ou a viticultura continuassem excluídas de qualquer apoio ao rendimento.
- Não foi ainda capaz de evitar que as poupanças geradas com a aplicação do novo mecanismo de "modulação" que visa retirar 5 por cento aos agricultores que recebem mais de 5000 euros/ano para os canalizar para o financiamento do "desenvolvimento rural" fiquem cativos na quase totalidade nos Estados-membros onde são captados para redistribuição pelos seus próprios agricultores.

CAPOULAS SANTOS  
Coordenador do PS para a Agricultura

## Caro (a) Militante,

Caso exista mais de um Militante na sua residência, por favor avise-nos. Assim, só enviaremos o número de exemplares do 'Acção Socialista' que os militantes considerarem necessário.

Se estiver de acordo, por favor preencha, recorte e envie este cupão para a Sede Nacional do PS.

Desde já, o nosso muito obrigado.

## À Direcção do Acção Socialista:

Desejamos receber apenas  exemplar(es) do "Acção Socialista" na nossa residência, deixando de receber os exemplares que até agora eram enviados para os militantes abaixo-assinados:

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_



Acção  
**Socialista**





## DIA DA FEDERAÇÃO DE COIMBRA

## FERRO CRITICA PROMESSAS FALSAS QUE COMPROMETEM OS POLÍTICOS

*Ferro Rodrigues responsabilizou o primeiro-ministro pela "grave situação de recessão económica e desemprego" em que o País se encontra mergulhado.*

*"Portugal vive uma situação grave, de recessão e de desemprego. Mas o principal responsável por essa situação tem nome, chama-se Durão Barroso, enganou os portugueses e é responsável pela enorme frustração existente em Portugal", afirmou no discurso que proferiu em Góis nas comemorações do Dia da Federação de Coimbra.*

O secretário-geral do PS acusou o ministro da Defesa, Paulo Portas, de "ter também uma enorme responsabilidade" nesta matéria.

"Tentou convencer os idosos de que iam ter todos pensões iguais ao salário mínimo nacional. Andou pelas feiras e mercados a distribuir essa boa nova", referiu, classificando esta postura como "folclore populista".

Ferro Rodrigues disse ainda recusar-se a alinhar neste "jogo de promessas falseadas", que considerou comprometer "a política, a classe política, a República, a democracia".

Por outro lado, Ferro Rodrigues alertou

que há uma "tentativa de decapitar" a direcção do partido e ele próprio através da "mentira, da infâmia e da calúnia".

"Não é possível tolerar esta mistura sem nome, esta arrogância sem princípios, esta força que não se sabe de onde vem, esta coordenação de pressões, esta tentativa de decapitar uma direcção do Partido Socialista e um secretário-geral do Partido Socialista através da mentira, da infâmia e da calúnia", disse.

#### **Há quem tenha medo da palavra socialismo**

Segundo Ferro Rodrigues, "nada disto



acontece por acaso", explicando que "há quem não queira um PS capaz de se autodeterminar, capaz de ser um partido de esquerda, há quem tenha medo da palavra 'socialismo', há quem queira um bloco central permanente". Ferro Rodrigues disse existirem "muitos interesses em jogo contra o PS" e, nomeadamente, contra a actual direcção

do Partido Socialista e contra ele próprio. Ao intervir no parque do Cerejal, o secretário-geral dos socialistas considerou ainda que o País "está enfermo" devido a um "governo de frustração e recessão" e em virtude da influência de forças contrárias à democracia.

"O país está neste momento enfermo de

uma doença muito grave: a enorme ascensão do populismo e da capacidade de influência das forças que são contra a democracia, contra os partidos democráticos", afirmou.

Segundo Ferro Rodrigues, trata-se de "forças não eleitas, que não vão a votos, que muitas vezes conseguem fundir interesses que não podem ser representados, interesses financeiros e mediáticos e fugas de informação".

"São forças contra as quais todos os democratas, sejam eles do PS, do PSD ou mesmo do CDS-PP - que ainda há alguns - se devem defrontar", declarou o dirigente socialista.

Na festa da Federação Distrital de Coimbra do PS foram também oradores o líder da estrutura, o deputado Victor Baptista, o presidente da Concelhia de Góis, José Cabeças, e o autarca que lidera o executivo camarário local, Girão Vitorino. As comemorações compreenderam um almoço no parque e diversos contactos do secretário-geral do PS com a população local, onde foi alvo de calorosas recepções.

J.C.C.B.

## PS/GUARDA DENUNCIA ESTAGNAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais no distrito da Guarda estagnaram e as infra-estruturas de acção social, como centros de dia, "estão paradas por falta de investimento".

Falando no final de um conjunto de visitas que os deputados Vieira da Silva, Sónia Furtuzinhos, Pina Moura e Eduardo Martins efectuaram a centros de dia e de uma reunião com a direcção das IPSS do distrito, Fernando Cabral, presidente da Federação, salientou que na Guarda há uma "cobertura razoável" das instituições no apoio à infância e aos idosos, acrescentando que as IPSS reclamam um reforço das verbas, dado que prestam apoio a mais utentes do que a Segurança Social comparticipa. Fernando Cabral disse ainda que a nível do apoio aos cidadãos com deficiência a Segurança Social não está a dar resposta.

Entretanto, a Federação da Guarda



emitiu um comunicado a propósito da visita do primeiro-ministro ao distrito, no sábado, onde inaugurou um conjunto de equipamentos de iniciativa municipal e os troços que faltam para a conclusão da A 23, uma obra lançada pelo Governo socialista.

"A partir de domingo a Guarda fica ligada por auto-estrada a Lisboa graças a uma decisão de grande visão

estratégica dos governos do PS dirigidos por António Guterres", refere o PS/Guarda no comunicado, afirmando esperar que a visita do primeiro-ministro "sirva para anunciar novos investimentos e responder a algumas questões importantes para o distrito".

"Conhecidos que são os desequilíbrios de desenvolvimento do País, que política de discriminação positiva vai este Governo implementar nesta região?", perguntam os socialistas da Guarda, salientando que se "estas questões não tiverem cabal resposta da parte do primeiro-ministro concluiremos que a sua visita 'soube a pouco!'".

Estas perguntas ficaram de facto sem qualquer resposta por parte do primeiro-ministro, o que constituiu uma frustração para as populações e evidencia a ausência de qualquer designio para aquela região do País.

## SOCIALISTAS DEBATEM FORMAÇÃO DE NOVAS COMUNIDADES URBANAS

As Federações de Viseu e Vila Real reuniram-se no passado dia 22 com autarcas socialistas dos distritos com o objectivo de reflectirem sobre a estratégia do PS na formação de novas comunidades urbanas intermunicipais.

Os presidentes das referidas Federações, José Junqueiro e Ascenso Simões, defenderam a necessidade de apoiar comunidades fortes onde os pequenos municípios tenham possibilidade de fazer ouvir a sua voz. Por isso é preciso potenciar uma associação de municípios a norte e sul do Douro e aproveitar as suas potencialidades como realidade agregadora destes municípios, tanto mais que se está em presença de uma região que é património mundial. Os socialistas de Viseu e Vila Real acusaram o Governo de pretender a fragmentação autárquica do PS, nomeadamente pela "inclusão das autarquias socialistas em comunidades que lhes confiram um cariz decididamente minoritário".

Os socialistas durienses criticaram ainda o Executivo laranja de "encostar definitivamente à parede um verdadeiro" processo de regionalização.

No final, os líderes federativos concordaram em começar a trabalhar já em Agosto com o objectivo de preparar o encontro regional de autarcas que terá lugar no final do ano.

PORTO

## CONCELHIA CRITICA ATRASOS NAS OBRAS DA ZONA HISTÓRICA

O presidente da Concelhia do PS/Porto, Nuno Cardoso, acusou o actual presidente da Câmara do Porto de "incuria e irresponsabilidade" com a zona da Ribeira, classificada como Património da Humanidade.

O ex-autarca criticou o atraso das obras de reabilitação da Ribeira, cujo prazo de conclusão estava previsto para Junho de 2002, assim como a demora na definição de um modelo de funcionamento para o elevador dos Guindais.

Em contacto com comerciantes e moradores da zona, Nuno Cardoso considerou que Rui Rio "não está a tirar proveito do muito investimento público" ali aplicado, acrescentando ainda que parece que "as únicas pessoas que estão preocupadas com a situação são os comerciantes, que sentem nas caixas registadoras a falta de visão do executivo", disse.

Para o presidente da Concelhia, o executivo camarário deveria preocupar-se mais com aquela zona emblemática, até porque do lado de Gaia acaba de nascer uma nova área de lazer e restauração.

## PS/SANTARÉM

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DISCRIMINA DISTRITO

O presidente da Câmara de Santarém, Rui Barreiro, não aceita a forma como o Ministério da Justiça escolheu a cidade de Leiria para instalar o novo Tribunal Administrativo e Tributário de Circuito (TATC) que vai servir estes dois distritos. O autarca socialista garante que a câmara municipal nunca foi contactada pelo Ministério da tutela a este respeito, lembrando que depois do estudo técnico da reforma do sistema judicial administrativo e fiscal ter apontado

Santarém como o local mais indicado para o novo tribunal, só podem ter sido "razões político-partidárias" a motivar a escolha de Leiria.

Também a Federação do PS se pronunciou sobre esta matéria, referindo, em comunicado, que os vários agentes envolvidos deverão "tomar as mais firmes posições junto da comissão nomeada pelo Governo, no sentido de não permitir que se escape uma oportunidade de

importância da presente".

Já o deputado socialista Jorge Lação considerou que a opção governamental é "inteiramente criticável", admitindo que a escolha de Leiria "poderá estar ligada à circunstância da senhora ministra da Justiça ter sido deputada e cabeça-de-lista por Leiria", o que, em sua opinião, "não deveria sacrificar um interesse objectivamente demonstrado do conjunto da população utente deste novo serviço".

## AVEIRO

## DEPUTADOS SOCIALISTAS CONTACTAM COM FORÇAS VIVAS DO DISTRITO

Os deputados socialistas eleitos pelo círculo eleitoral de Aveiro mantiveram nos dias 16 e 17 de Julho um conjunto de reuniões e contactos com o eleitorado com o objectivo de avaliar a situação que se verifica a diversos níveis e sectores de actividade naquele distrito.

João Cravinho, Maria de Belém, Antero Gaspar, Rosa Albernaz e Afonso Candal visitaram na manhã de 16 de Julho a localidade de Vale de Cambra, onde se reuniram com dirigentes locais e distritais dos bombeiros a fim de tomarem nota dos gravíssimos problemas que se colocam nesta altura do ano com a existência de inúmeros fogos florestais.

As questões ambientais dominaram a deslocação que efectuaram a Lagoa de Paramos e Barrinha de Esmoriz onde existem perigos efectivos para o meio ambiente e saúde pública. Recorde-se que os governos do PS tinham um projecto para as questões ambientais na Barrinha de Esmoriz, o qual foi abandonado sem se apresentar qualquer alternativa.

Em Santa Maria da Feira, os deputados socialistas inteiraram-se sobretudo das questões da segurança numa reunião com a PSP local e distrital, deram-se a analisar as consequências do anunciado encerramento da esquadra da PSP naquela localidade, concordando com autarcas e população em recusar o fecho daquelas instalações.

Ainda na quarta-feira, os deputados socialistas promoveram em Oliveira de Azeméis um debate sobre áreas metropolitanas e outro em Ilhavo sobre segurança social e saúde.

No dia 17, os parlamentares deslocaram-se à Mealhada onde se reuniram com a administração das Águas do Luso e autarquia local, para se inteirarem da situação daquela empresa.

Na adegua cooperativa de Vilarinhos, na Bairrada, os deputados tiveram um encontro com a administração, onde foram analisadas as questões relacionadas com a produção e distribuição do vinho da região.

Em Águeda, os socialistas visitaram uma fábrica, propriedade de um jovem empresário, e reuniram-se com a Associação Industrial de Águeda. Neste encontro os empresários criticaram fortemente o Governo que tanto fala de apoios à exportação, e é exactamente pela falta desses mesmos apoios que as empresas não participam em certames internacionais.

### Deputados contestam encerramento do Tribunal Tributário

A concluir esta jornada de trabalho, João Cravinho informou em conferência de Imprensa que os deputados socialistas, questionaram recentemente o Governo, através de um requerimento entregue na Assembleia da República, sobre as razões da extinção do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Aveiro e a sua passagem para Viseu.

O deputado lembrou que Marques Mendes e Paulo Portas, durante a última campanha eleitoral, repudiaram a retirada do distrito de organismos públicos e que agora fazem o contrário.

O deputado socialista criticou também a paragem que se sente nas acessibilidades do distrito. "Lançamento de obra nova, zero. Há muitos projectos parados e outros retardados", disse João Cravinho, que apontou o caso do IC1 em Estarreja ou a estrada Águeda-Perrães, e ainda o IP 5, em que o "Governo dança entre o Norte e o Sul e não decide".

"Em 18 meses este Governo fez mais inaugurações do que o engenheiro Ferreira do Amaral em toda a vida dele", ironizou o deputado socialista. Cravinho, por outro lado, foi crítico em relação à situação em que se encontra a barrinha de Paramos/Esmoriz, a padeira de Fermentelos e o "abandono a que foram votados os planos de contenção das cheias em Águeda".

### Distrital dúvida da legalidade de novos concelhos

Entretanto, a Federação Distrital do PS/Aveiro afirmou ter dúvidas quanto à legalidade do processo de criação dos concelhos de Canas de Senhorim e Fátima e da rejeição dos municípios de Esmoriz, Tocha e Samora Correia. "A elevação de duas povoações a concelho foi feita com base numa regulamentação inexistente, segundo critérios políticos não objectivos e sem verificação dos requisitos que a lei há-de vir a consagrar, assim se atentando contra o princípio da segurança jurídica", afirmam os socialistas aveirenses.

Em comunicado, a distrital do PS/Aveiro afirma ainda que o processo "é susceptível de muitas críticas" também no plano ético, porque se subordinou a "interesses de circunstância".

Considerando a forma como o processo se desenrolou, a Federação Distrital de Aveiro expressa a sua solidariedade com a população da cidade de Esmoriz, naquele distrito, "que se sentiu enganada pela coligação PSD/PP" ao ver recusada a sua pretensão autonómica.

## AÇORES

## RECONSTRUÇÃO DAS ILHAS PRATICAMENTE CONCLUÍDA

Os deputados do PS na Assembleia Legislativa dos Açores acusaram o PSD do arquipélago de "tentar criar o máximo de dificuldades ao Governo Regional" na reconstrução das ilhas afectadas pelo sismo de 1998.

Em conferência de Imprensa, o deputado socialista Hernâni Jorge salientou que a postura dos deputados laranja tem-se pautado por uma estratégia de "não deixar que o processo fique concluído, na parte das empreitadas públicas, em 2004", ano em que se realizam eleições regionais.

Hernâni Jorge, deputado socialista eleito pela ilha do Pico, assegurou que as declarações dos dirigentes do PSD segundo as quais o Governo Regional seria responsável por "muito dinheiro mal gasto" deturpam o sentido do relatório do Tribunal de Contas (TC), que refere que "numa perspectiva estritamente formal e de modo genérico, os procedimentos analisados encontram-se regularmente organizados".

Por sua vez, o líder do Grupo Parlamentar socialista, Vasco Cordeiro, salientou que o partido "tem uma postura de colaboração e respeito" para com o Tribunal de Contas, e criticou a "utilização abusiva" do documento pelo PSD.

O PS adianta que 2155 casos de sinistrados do sismo, 77 por cento do total, já foram apoiados, num investimento de 77,9 milhões de contos.

### Portas prejudica economia da Terceira

O PS da Terceira acusou o ministro da Defesa, Paulo Portas, de ter prejudicado a economia da ilha em cerca de 1,7 milhões de euros devido ao cancelamento de escalas técnicas no aeroporto das Lajes.

Em conferência de Imprensa, o líder dos



Já foram investidos 77,9 milhões de contos na reconstrução das ilhas

socialistas da Terceira, Sérgio Ávila, afirmou que, desde 2002, já houve "86 voos não autorizados", o que se traduziu em "elevados prejuízos" na venda de combustíveis, taxas aeroportuárias, aduaneiras e de passageiros, transportes, "catering", alojamento e restauração. Os socialistas sublinham que Paulo Portas, "por ignorância ou má fé", enganou recentemente os açorianos ao afirmar "que apenas foram recusadas quatro autorizações para escalas técnicas naquele aeroporto". Segundo Sérgio Ávila, em 2002 realizaram-se apenas 52 escalas técnicas e, este ano, 14, contra as 312 verificadas em 2000.

De acordo com o líder do PS/Terceira, as solicitações indeferidas de escalas técnicas nas Lajes não beneficiaram outros aeroportos da região, uma vez que as companhias preferiram escolher outras rotas alternativas no espaço europeu, nomeadamente as Canárias. Sérgio Ávila disse, ainda, "desconhecer os motivos que levam a esta decisão, já que as respostas são dadas pelo Instituto Nacional de Aviação Civil

(INAC) e referem apenas que o pedido é indeferido devido a restrições operacionais na Base das Lajes".

### Apoio incondicional ao Plano 2004

Entretanto, uma delegação do PS/Açores foi recebida pelo presidente do Governo Regional da região autónoma no âmbito das consultas sobre o Plano 2004.

No final da audiência com Carlos César, Vasco Cordeiro, vice-presidente do PS/Açores, sublinhou que este Plano "marca a continuidade numa postura de rigor de gestão das finanças públicas e de investimento extremamente importante para a região".

Não se esgotando a participação e o empenho no presente documento que o PS/Açores assume como verdadeiramente importante para o futuro da região autónoma, foi reiterada a colaboração e o diálogo com o Governo Regional no sentido de dar continuidade ao trabalho que tem sido feito ao longo dos últimos anos com resultados positivos e evidentes.

## CÉSAR GARANTE GESTÃO RIGOROSA DOS RECURSOS FINANCEIROS DOS AÇORES

O presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, assegurou que no próximo ano os recursos da região, que são de "de todos os açorianos", vão ser geridos, como até aqui, em respeito absoluto pelo rigor exigido às finanças públicas e tendo sempre em vista a sustentação financeira dos anos seguintes.

Carlos César, que falava no final do primeiro dia de encontros com partidos e parceiros sociais sobre as propostas de Plano e Orçamento da região para 2004, adiantou que uma das grandes linhas-força daqueles documentos estratégicos será apoiar a economia empresarial, de forma a que os Açores "continuem a crescer mais do que as outras regiões do País, como tem acontecido", segundo dados estatísticos "iníludivis".

O presidente do Governo Regional disse ainda que irá levar a cabo uma política económica que garanta os recursos empresariais e financeiros que permitam



Os Açores querem crescer mais do que o resto do País

aos Açores continuar a ser a região da União Europeia com menor taxa de desemprego.

Por outro lado, Carlos César anunciou também que vai prosseguir o esforço até

agora desenvolvido em algumas políticas sociais, que têm a ver com os direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente no que respeita à habitação e ao apoio à terceira idade e à juventude.

## DEBATE NA SECÇÃO DE BENFICA

## RESISTIR EM NOME DA CIDADANIA

"Para os socialistas, a cidadania começa pela resistência à propaganda da direita", defendeu Augusto Santos Silva, sublinhando, a propósito, que se assiste a uma "mudança de discurso da maioria" no sentido de passar a mensagem de que estamos em recuperação, quando todos os indicadores económicos mostram o contrário. Salientando que a maioria se deu conta de que "não é possível aguentar por mais tempo o discurso da tanga, quando a tanga acontece", o deputado do PS disse que o Governo, "com a ajuda de uma grande máquina de propaganda, ensaia para a opinião pública a ideia de que o pior já passou".

Falando como convidado num debate sobre cidadania promovido pela Secção de Benfica, Augusto Santos Silva sustentou que "os socialistas, em nome da cidadania, não se devem impressionar com este discurso e ter a capacidade de resistir às máquinas de propaganda, entre as quais a Comunicação Social na sua maioria afecta ao actual Governo".

Neste contexto, o ex-ministro da Cultura disse que "os socialistas têm de recorrer mais a outros meios de comunicação, como os sites", adiantando que "o espaço de cidadania passa também pelo hábito de reunir as pessoas".

Na sua intervenção, Augusto Santos Silva



falou ainda das diferenças em termos de cidadania entre os socialistas e a direita, apontando como exemplo o destaque dado ao caso da presidente de câmara de Felgueiras, em contraponto com o pouco relevo concedido aos presidentes de câmara de Águeda e Marco de Canaveses, este último acusado, por exemplo, de peculato, "de que ninguém quase fala". Para o deputado do PS, tal deve-se ao facto "de as pessoas interiorizarem que por ser de direita é natural a ligação a interesses e a processos ilícitos", enquanto ser de esquerda implica

"já não ser natural ter certo tipo de comportamentos".

Considerando ser "inconcebível" que um ex-presidente da Comissão Justiça e Paz defenda um código laboral que permite, por exemplo, que um empresário possa perguntar a uma mulher-trabalhadora se está grávida e fazer despedimentos ilegais, desde que pague a respectiva indemnização, Augusto Santos Silva sublinhou que há nesta questão "uma divergência inultrapassável com Bagão Félix de concepção de cidadania".

J. C. CASTELO BRANCO

## MARIA DE BELÉM CRITICA

## MODELO EMPRESARIAL DOS HOSPITAIS

Maria de Belém disse estar muito céptica quanto ao modelo de funcionamento dos recentes Hospitais SA, porque, alertou, ao privilegiar os resultados financeiros, em detrimento das metas de serviço público de saúde, muitos destes hospitais "caminharão para uma especialização nos nichos rentáveis da saúde ou irão à falência, em qualquer dos casos prejudicando gravemente a prestação universal dos cuidados de saúde às populações".

A dirigente socialista sublinhou que se o endividamento dos Hospitais SA tem como limite 30 por cento do seu capital social, dentro em breve muitos hospitais abrirão falência – pelo código das sociedades comerciais – dando, eventualmente, "lugar à total entrega dos cuidados de saúde a hospitais privados, seguindo o pior modelo do mundo – o americano, por ser aquele que é mais caro para o Estado, para o cidadão e menos acessível aos estratos

mais pobres da população".

A dirigente socialista, que falava num colóquio sobre o "Estado da Saúde em Portugal", em Tomar, numa organização da Federação de Santarém do PS, defendeu ainda que "os políticos devem de saber honrar as promessas públicas que fazem", numa clara referência à decisão estratégica, tomada no seu mandato de ministra da Saúde, da construção do novo Hospital de Tomar, aberto só este ano.

## PESCAS

## PS RECLAMA ACTUAÇÃO FIRME NO APOIO AO SECTOR

O Governo português precisa de ter uma actuação firme no apoio dado ao sector das pescas numa altura em que se debate a proposta da Comissão Europeia de liberalizar o acesso da frota espanhola às águas nacionais. Esta a posição do PS expressa pela voz de José Apolinário, no passado dia 22, durante uma visita que deputados socialista realizaram à lota de Vila Real de Santo António, a primeira, a nível nacional, na venda de crustáceos. O parlamentar algarvio reiterou a ideia segundo a qual "o apoio manifestado pelo Presidente da República, Assembleia da República e partidos políticos ao sector é um conforto para o Executivo e exige dele uma actuação firme".

"O Governo deve desenvolver esforços de negociação bilateral e reforçar os argumentos para prevenir o desgaste dos recursos, junto da Comissão Europeia e da presidência italiana",

disse Apolinário, que se encontrava acompanhado pelos deputados socialistas Jamila Madeira e Luis Carito. Este encontro coincidiu simbolicamente com o Conselho de Ministros de Pescas da União Europeia, que decorria em Bruxelas, para discutir o acordo de abertura das águas nacionais à frota espanhola, negociações que deverão estar concluídas em Setembro. Segundo José Apolinário, "durante estes dois meses não podemos baixar os braços", pois "este período vai exigir iniciativas diplomáticas por parte do Governo português para tentar que a negociação não prejudique os recursos marinhos do País".

**PS quer saber curso das negociações com Espanha**

Entretanto, o PS exigiu que o

Governo informe o Parlamento sobre os desenvolvimentos negociais no sector das pescas, solicitando à Comissão de Agricultura e Pescas o agendamento de uma reunião com o Executivo.

Em carta dirigida ao presidente da comissão, o deputado socialista José Apolinário pediu o agendamento de um encontro de trabalho com a tutela na primeira quinzena de Setembro, "evitando assim que a Assembleia seja colocada à margem de informação sobre este processo".

A bancada do PS exige saber qual o curso das negociações bilaterais com Espanha sobre o regime de acesso aos recursos piscícolas entre as 12 e as 200 milhas da Zona Económica Exclusiva portuguesa, referindo a existência de informações contraditórias na Imprensa sobre esta matéria.



## Pelourinho da República

«Quando não tenho riscos, invento situações em que eles acabam por acontecer.»

**Luís Filipe Menezes**  
Expresso, 19 de Julho

«A candidatura do Dr. Menezes à câmara do Porto não é para levar a sério. Ele já disse que queria ser médico sem-fronteiras, gestor e director da NTV. Hoje vem dizer isto, mas amanhã é perfeitamente normal que queira ser alcaide de Vigo ou aviador.»

**Sérgio Vieira**  
Presidente da Concelhia do PSD/Porto, idem

«É um ganapo. Nunca fez mais nada do que política. Se saísse da política nós é que tínhamos de lhe pagar o fundo de desemprego.»

Resposta de **Menezes**  
idem

«O senhor nem imagina o que é Gondomar. É a Costa Rica com esgotos a correr a céu aberto, a meia dúzia de quilómetros do Porto.» Argumentos utilizados por **Menezes** para convencer o prof. Cavaco Silva da bondade da candidatura do major Valentim Loureiro em 1997, idem

«Eu sei o que dizem: o Valentim é um populista, um demagogo. No fundo ainda há muita gente complexada que pensa que estar no futebol encurta o pensamento.»

**Valentim Loureiro**  
A Bola, 21 de Julho

«Eu e o Paulo [Portas] saímos muitas vezes juntos para dançar, que é uma coisa que ambos gostamos de fazer. E naquela noite a gente bem queria parar, mas sempre que íamos para a varanda começava a tocar música do nosso tempo, de que a gente gosta, e lá íamos outra vez.»

**Cinha Jardim**  
24 horas, 20 de Julho

«É verdade que o ministro saiu com Cinha Jardim. Faz-lhe muito bem sair e até devia sair à noite mais vezes!»

Confirmação do **Gabinete do Ministro de Estado e da Defesa**  
idem

«Perdi a confiança no ministro da Defesa.»

Declaração do **Gabinete do chefe de Estado-Maior do Exército**

«As pessoas de bem não devem filiar-se em partidos.»

**Inês Serra Lopes**  
Público

«Tinham-me dito que o espectáculo era bom, mas superou as minhas expectativas.»

**Cavaco Silva** sobre o último musical de La Féria Caras, 17 de Julho

## POR FAVOR FECHEM A CAIXA !

A votação na generalidade da criação dos municípios de Fátima e Canas de Senhorim, num momento em decorria um processo legislativo de alteração da lei-quadro, constituiu-se num dos mais lamentáveis episódios da afirmação da força da maioria PSD/PP e, simultaneamente, a primeira divisão relevante da coligação governamental e parlamentar.

Importa ter presente que ao procederem a uma alteração da lei-quadro da criação de municípios que teve três versões em menos de quinze dias, que oscilou entre o casuismo de apenas permitir a constituição do município de Fátima e a solução final de liberalização total sustentada na invocação de razões de ordem histórico-cultural, a maioria parlamentar não só desrespeitou os sucessivos apelos do Presidente da República para o tratamento da matéria com bom senso e rigor, como quebrou o consenso parlamentar gerado após a criação dos concelhos de Trofa, Odivelas e Vizela.

O silêncio ensurdecedor da ministra das Finanças neste processo é revelador do incómodo do Governo. Enquanto impõe aos 308 municípios existentes uma conjuntura de asfixia, em que é vedado o recurso ao crédito bancário para a construção de habitação social ou para o suporte da componente nacional dos projectos co-financiados por fundos comunitários, a maioria PSD/PP nada diz sobre a disponibilidade para corresponder às expectativas financeiras dos candidatos a municípios ou para desbloquear as verbas dos inúmeros projectos que, consoante do PIDDAC de 2002 e 2003, foram objecto de cativação? É que, quando falamos da criação de novos municípios, estamos, em grande medida, a referir-nos às expectativas dos cidadãos motivadas pela forma como os serviços da administração local e central tratam os cidadãos, como esses serviços estão descentralizados ou como os investimentos públicos são distribuídos pelo território. É tempo de avaliarmos o impacto da criação de freguesias, vilas, cidades e municípios na melhoria das condições de vida dos cidadãos e de equacionarmos os critérios de criação, fusão e extinção de freguesias e de municípios. É tempo de aprendermos com o passado, com a proliferação de piscinas e pavilhões ginásio-desportivos em freguesias com territórios contíguos, sem que tenha sido avaliada a viabilidade da ocupação e da sua gestão. É tempo de considerarmos de forma efectiva o território como um factor decisivo para a competitividade da economia portuguesa e não será com os sinais contraditórios do Governo que lá chegaremos. Não será porque a maioria PSD/PP propõe em simultâneo a agregação de municípios em comunidades intermunicipais, comunidades urbanas e áreas metropolitanas e o retalho do território nacional em mais concelhos.

Este processo assinala a primeira divisão relevante da maioria PSD/PP. O PSD para cumprir as suas promessas nos nichos de mercado eleitoral de Fátima e Canas de Senhorim não hesitou em desprezar os compromissos eleitorais do dr. Paulo Portas e do CDS-PP na Tocha e em Quarteira. O CDS-PP para conservar o poder a todo o custo, abdicou das promessas eleitorais formuladas por terras dos distritos de Coimbra e de Faro. Depois da abertura da "Caixa de Pandora" da criação de novos municípios, tendo definido que o critério é a ausência de critério, não deixa de ser espantoso que o líder parlamentar do PSD afirme que "enquanto for líder não haverá mais nenhum concelho". Neste contexto, ou o PSD vai mudar de líder parlamentar em breve ou o dr. Marques Mendes deixa de ter face para enfrentar os cidadãos de Esmoriz, os deputados do PSD/Santarém deixam de dialogar com as populações de Samora Correia e o dr. Paulo Portas hipoteca a credibilidade junto dos habitantes da Tocha e de Quarteira. A declaração do líder parlamentar do PSD deve ser entendida como um lancinante grito de "Por favor fechem a caixa!", desde logo, quando o seu congénere de coligação defende a reanálise de todos os projectos entregues na Assembleia no início da próxima sessão legislativa.

Na mesma linha de hipocrisia, vem o primeiro-ministro, com ar cândido, afirmar que "novos concelhos só com um grande consenso" e ressaltar que é um assunto que diz respeito à Assembleia da República. De facto, trata-se de uma competência do Parlamento, mas o Governo tem uma intervenção muito relevante no processo. Bem pode o primeiro-ministro querer gritar "afastem de mim essa caixa", que não supera a obrigação do Governo em elaborar um relatório sobre a viabilidade do novo município e do município ou municípios de origem. Certamente por desconhecimento, não saberá que o Governo manifestou indisponibilidade para elaborar os relatórios dos projectos de criação dos municípios de Canas de Senhorim, Esmoriz, Samora Correia e Tocha. Por essa razão, o Governo tem a obrigação moral e política de elaborar os relatórios em falta até Setembro de 2003 ou, em alternativa, explicar às populações dessas localidades que, no seu alto critério de arbitrariedade, não podem ser municípios porque a maioria entende que não o devem ser.

Neste contexto, importa sublinhar o facto de maioria PSD/PP ter colocado o Presidente da República numa insanável situação entre a espada e a parede: ou promulga a alteração da lei de criação de municípios em incoerência com o seu pensamento de sempre sobre este aspecto do ordenamento do território ou vela a lei assumindo o ónus da não criação dos municípios de Canas de Senhorim e Fátima, por manifesta ausência de enquadramento legal. Este inaceitável comportamento da maioria parlamentar, em que o interesse nacional é subordinado aos interesses político-partidários mais mesquinhos (cumprir as promessas eleitorais do PSD e procurar colocar dificuldades ao PS e ao Presidente da República), não disfarça o desconfortável estado de espírito que trespassa o PSD e o CDS-PP, como se gritassem "por favor, alguém que feche a Caixa de Pandora!".



ANTÓNIO GALAMBA

Opinião

## RESÍDUOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS

# TRÊS PERGUNTAS A PEDRO SILVA PEREIRA

**Com o abandono da co-incineração, Portugal ficou sem solução para os resíduos industriais perigosos. Depositá-los em aterro, como o Governo pretende, não é solução porque, segundo Pedro Silva Pereira, com este tipo de tratamento a ameaça ambiental continua a subsistir.**

**Quais as razões que levam o PS a considerar a co-incineração como a melhor solução para o tratamento dos resíduos industriais perigosos?**

Os resíduos industriais perigosos não são todos iguais e por isso são necessárias diversas soluções para o seu tratamento. O PS nunca pretendeu submeter a co-incineração todos os resíduos industriais perigosos mas apenas aqueles para os quais não há uma alternativa mais adequada de tratamento. Aliás, a Comissão Científica Independente, criada pela Assembleia da República, definiu condições restritivas de acesso dos resíduos ao processo de co-incineração. Portanto, a ideia de que os governos do PS queriam queimar tudo nunca passou de propaganda dos nossos adversários. Sucede, porém, que há de facto resíduos industriais perigosos, designadamente resíduos orgânicos, para os quais não há alternativa adequada que não seja a valorização energética. Nem reciclagem, nem regeneração. Nem sequer depósito em aterro, mesmo após pré-tratamento. Nesses casos, a escolha a fazer é entre incineração dedicada ou co-incineração e as razões a favor da co-incineração são muitas: a co-incineração é um processo ambientalmente seguro, como os testes feitos no Outão confirmaram; é ambientalmente mais sustentável, porque implica a valorização energética dos



resíduos, reduzindo o consumo de combustíveis fósseis; é uma solução mais rápida, porque as cimenteiras já existem enquanto as incineradoras dedicadas levariam muitos anos a construir; é um tratamento mais barato, o que favorece a efectiva integração dos resíduos no sistema; é economicamente viável à luz das quantidades de resíduos produzidas em Portugal, ao contrário da incineração dedicada e, finalmente, é um processo mais flexível e mais facilmente ajustável à previsível evolução das tecnologias de reciclagem e regeneração, ao contrário da rigidez da incineração dedicada, que implica um enorme investimento cuja rentabilização tende a evitar o desvio dos resíduos para melhores alternativas.

**Porque é que o abandono da co-incineração pelo actual Governo constitui um "erro e uma irresponsabilidade" ambiental?**

O abandono da co-incineração pelo actual Governo é um erro e uma irresponsabilidade porque o País ficou sem solução para o tratamento de uma importante quantidade de resíduos perigosos que não têm melhor alternativa de tratamento. E mais grave é que o Governo abandona também a velha alternativa do PSD, que

sempre foi a incineração dedicada. Ora, os resíduos existem e estão por aí a ameaçar o ambiente e a saúde pública. Pode ser mais fácil não fazer nada. Mas é sem dúvida um crime ambiental e uma tremenda irresponsabilidade.

**Porque é que tanto a incineração dedicada como os aterros não são alternativas nem resolvem o problema dos lixos tóxicos?**

Nenhum país desenvolvido do mundo, dotado de um sistema autónomo de gestão dos seus resíduos industriais, dispensou até hoje a valorização energética dos resíduos industriais perigosos. Mas foi exactamente isso o que o Governo fez, quando abandonou não apenas a co-incineração mas também a incineração dedicada. E, que se saiba, o Governo português não dispõe de nenhuma descoberta científica que tenha escapado aos especialistas da matéria nos mais evoluídos países do planeta. A derradeira alternativa do Governo – que diz também que não vai exportar mais do que já estava previsto – é, portanto, o depósito em aterro, após pré-tratamento, dos resíduos perigosos anteriormente destinados a co-incineração. E, para enganar incautos, o Governo chama a isto "Centros Integrados". Ora, o depósito de resíduos industriais orgânicos em aterro, mesmo que pré-tratados, constitui uma ameaça ambiental. E aliás por isso que os países desenvolvidos rejeitam essa alternativa. De resto, é sabido que as normas comunitárias pretendem reduzir a quantidade de resíduos sólidos urbanos em aterro. Idêntica preocupação deve existir, obviamente, para os resíduos industriais perigosos orgânicos, sob pena de termos em causa a confiança que as populações precisam de ter na segurança ambiental dos aterros.

## DEMISSÃO DE SILVA VIEGAS

# PS EXIGE EXPLICAÇÕES A PAULO PORTAS

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai requerer a presença de Paulo Portas na Assembleia da República para prestar esclarecimentos sobre a demissão do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME).

O general Silva Viegas justificou, no passado dia 26, o seu pedido de demissão do cargo de CEME pelo facto de "ter perdido a confiança no ministro de Estado e da Defesa Nacional".

O deputado do PS Marques Júnior, em declarações ao "Acção Socialista",

considerou que este facto inédito na história da democracia portuguesa deve ser muito bem esclarecido, sob pena de poder levar a "pressupor que existem problemas mais graves [no meio militar] e que se desconhecem", o que poderá provocar uma situação de "instabilidade que é manifestamente inconveniente".

Marques Júnior referiu-se também ao descontentamento nas chefias do Exército, lembrando "um conjunto de promessas que o Ministério da Defesa fez e não tem

cumprido", particularmente, em áreas carentes de financiamento.

"Até agora o fim do Serviço Militar Obrigatório não conta com directivas claras e precisas sobre a estratégia a seguir na constituição de um regime de voluntariado e de contratações, nem está definida nenhuma verba para este fim", afirmou o parlamentar socialista, que também criticou a falta de pagamento por parte da tutela aos militares, maioritariamente do Exército, que se encontram a cumprir missão no estrangeiro.

## DEMISSÕES NO INE

# SOCIALISTAS QUEREM EXPLICAÇÕES DE MORAIS SARMENTO

O PS revelou que vai requerer a presença no Parlamento do ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, para dar explicações sobre a demissão da direcção do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e a tomada de posse da nova direcção que deverá acontecer ainda esta semana. Entretanto, o PS criticou as posições sobre a Coreia do Norte assumidas pelo secretário de Estado da Cooperação e o silêncio do ministro da Administração Interna sobre política de imigração.

Na reunião da comissão permanente da Assembleia da República, que decorreu no passado dia 24, o deputado socialista Vítor Ramalho referiu que o Governo "justificou o seu apoio à intervenção anglo-americana no Iraque com base na necessidade de proteger a comunidade portuguesa emigrante nos Estados Unidos".

"Agora, durante a visita do primeiro-ministro, Durão Barroso, a Cabo Verde, o secretário de Estado da Cooperação veio

dizer que Portugal prestará solidariedade incondicional aos Estados Unidos, se decidirem atacar a Coreia do Norte", declarou o parlamentar socialista interrogando-se sobre "que comunidade emigrante temos nesse país".

"Além de uma brutalidade e de uma irresponsabilidade, a declaração do secretário de Estado da Cooperação é grave porque esquece o Presidente da República e a Assembleia da República em matéria de política externa", afirmou.

LUÍS MARINHO

# CONSTITUIÇÃO MOLDA UMA UNIÃO MAIS POLÍTICA E DEMOCRÁTICA

*A Convenção Europeia juntou durante cerca de ano e meio de trabalhos 105 membros (e outros tantos suplentes) entre representantes dos parlamentos e dos governos nacionais, do Parlamento Europeu e da Comissão e dos futuros membros da União. No final, surgiu uma Constituição para a Europa que será submetida à Conferência Intergovernamental (CIG). Luís Marinho, representante do Parlamento Europeu nos trabalhos da Convenção, faz nesta entrevista um balanço entusiasmado dos resultados. Considera que, com uma Constituição, tudo fica claro e fica-se a saber quem faz o quê. "Acabou o tempo - afirma - das acusações sem sentido de que 'quem manda é Bruxelas". Uma União Europeia com uma Constituição é uma realidade difícil de classificar, porque não tem paralelo nem modelo de comparação. Quanto ao que acontecerá à Constituição na Conferência Intergovernamental, Marinho afirma que ela faz lembrar a delicadeza com que deve ser servido o vinho do Porto: "Com cuidado para não turvar".*

**Que balanço se pode fazer dos trabalhos da Convenção Europeia quanto ao método e aos resultados obtidos?**

O método faz intervir todas as Instituições e personalidades que estão de alguma maneira implicadas na vida da Europa. Reuni-las à volta da mesa e pô-las a pensar em conjunto sobre o seu futuro, com a responsabilidade de chegar a acordos, é um exercício complexo. Por outro lado, é a primeira vez que 28 Estados traçam juntos o destino da Europa, desenhando em comum o modelo em que aspiram viver. Nada disto tem a ver com uma conferência diplomática e com o direito internacional. Com este método, a Europa está mais próxima dos cidadãos e da política interna.

Quanto aos resultados, falam por si. A generalizada aceitação do projecto de Constituição na Cimeira de Salónica, demonstra a sua credibilidade e eficácia.

**A Convenção não terá sido excessivamente condicionada pelos países grandes em relação a algumas questões, por exemplo, a criação de uma presidência da União, que é tudo menos uma solução consensual?**

Os Parlamentos Nacionais, a Comissão e o Parlamento Europeu, lutaram e trabalharam bem e levaram os grandes países a um exercício de humildade e a baixar as suas expectativas.

A Presidência da União personalizada tornou-se mais simbólica que outra coisa. A verdade é que o protagonismo de todos os Estados-membros não se esvaiu por causa disso, sendo que se mantém a garantia da igualdade entre todos, fazendo rodar as presidências do Conselho de Ministros nas suas diversas formações sectoriais. Desta forma, em cada momento, há vários países que lideram em diferentes domínios a vida da União. Há, hoje, mais pluralidade no exercício do poder do Conselho de Ministros do que a que havia antes desta revisão.

**E quanto à condução dos trabalhos da Convenção? Giscard d'Estaing era uma personalidade ideal para os objectivos da Convenção, ou extrapolou das suas funções?**

Os portugueses não tiveram vida fácil com

Giscard. Eu próprio lhe perguntei um dia, no Plenário, se a Convenção tinha acabado, quando todas as soluções pareciam encontradas, pelo eixo franco-alemão (em 15 de Janeiro deste ano). Só que, na parte final da Convenção, os parlamentares, os comissários e os representantes dos Estados de menor dimensão mostraram que a Europa diz respeito a todos e a todos tem de servir! Ai, Giscard, político respeitador das correlações de forças, percebeu que a sua teimosia e as suas alianças atiravam a Convenção para o desastre e cobri-lo-iam de ridículo. Não ficaria em nenhuma história da Europa! E mudou de campo e atitude. Não perdendo a face, foi humilde, até sacrificando algumas das suas apostas iniciais, como o Congresso dos Povos em que continua a acreditar e acolheu muitas preocupações que faziam larga maioria na Convenção. Acabou a fazer as "sínteses inesperadas" com que qualificou o projecto que mereceu o nosso assentimento.

Acha que os resultados da Convenção, sobretudo em relação às questões institucionais, teriam sido diferentes se o presidente fosse de um país pequeno? Na linha da pergunta anterior, para este efeito foi melhor assim. Um Presidente de um Estado pequeno estava, à partida, condenado a transigir com os grandes. Um homem como Giscard só transige porque é obrigado, no último momento. E foi a força do número e da razão que encaminharam o Presidente para um equilíbrio institucional que não humilha ninguém.

**O que vai mudar na Europa com uma Constituição, ou seja, haverá alteração no relacionamento entre as instituições europeias e os Estados-membros?**

Fica-se a saber quem faz o quê. A Constituição delimita as competências de cada um. Aos Estados o que lhes compete e à União e seus órgãos o que está claramente estabelecido. Também se reforça a legitimidade europeia dos Parlamentos Nacionais que passam a controlar o exercício de competências exercitadas pela Comissão.

Acabou o tempo das acusações sem sentido, de que, "quem manda", é



A proposta de Constituição Europeia é o caminho possível para a União

Bruxelas. A partir desta Constituição, só manda no que tiver que mandar! E fá-lo porque isso foi acordado por todos os Estados e seus cidadãos!

**A União será mais eficaz, democrática e dinâmica com uma Constituição?**

A partir do momento em que uma Constituição clarifica as competências e obrigações dos Estados e das instituições europeias, abre-se o caminho para a eficácia. Que também se reforça com a diminuição do número de instrumentos legislativos, agora reduzidos a quatro e com o alargamento da decisão por maioria qualificada e abandono da unanimidade. Tudo nebulosas jurídicas que abriam caminho à confusão e inacção, instrumentos da falta de vontade política. A Constituição torna tudo claro! Só não se faz, porque não se quer! O futuro da Europa será, também agora, mais político, democrático e respeitador dos direitos do Homem porque tal está imposto na Constituição que, como o nome indica, mais do que um Tratado que se destina a regular conflitos de poder entre os Estados é, ela própria, uma cartilha de direitos políticos, económicos e sociais, dirigida ao bem-estar e à qualidade de vida da sociedade europeia, garantindo que nela perdurem os valores da liberdade, da solidariedade, da tolerância, da paz, da igualdade, da não discriminação, da coesão económica, social e territorial, tudo isto elementos fundamentais do modelo de sociedade onde todos queremos viver.

**No projecto de Constituição, o Conselho ganha influência, assim como o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais. Apenas a Comissão parece perder, já que não tem acréscimo de competências, ficará mais compacta e tem uma maior dependência das outras instituições. Isto não significa um enfraquecimento da Comissão e do espírito**

**A Constituição europeia vai sobrepor-se às Constituições nacionais? Tanto como, até agora, o Tratado de Roma, Maastricht, Amesterdão e Nice! A Constituição garante a legitimidade do exercício do poder político europeu e completa a protecção de direitos de que cada europeu já beneficia, por via das suas normas nacionais. Garante que quando actua, a União não pode deixar de respeitar as liberdades da Carta. Só que, desta vez, a afirma juridicamente, preto no branco. A Constituição não retira nem contradiz direitos. Completa a nossa protecção jurídica.**

**As conclusões da Convenção são aquilo que a Conferência Intergovernamental queria, ou acha que vai haver muitas alterações?**

É melhor a CIG não mexer muito! A Constituição faz-me lembrar a delicadeza com que deve ser servido o vinho do Porto: "Com o cuidado necessário para não turvar...".

**Como irá ser a recomposição das alianças entre Estados-membros e que consequência terão na coesão e no funcionamento da União Europeia alargada?**

As alianças são casuísticas. A única estruturante é o eixo franco-alemão que, mesmo assim, funciona com altos e baixos ao longo dos tempos. De resto, à medida que se apura o interesse comunitário, dissolvem-se os particularismos de grupo ou de bloco. Não há, com coerência e durabilidade, nenhum bloco atlantista que se oponha mais que circunstancialmente a um bloco continental! Nem sequer um bloco dos ricos contra os que o não são, ou dos grandes e populosos contra os pequenos. Nem os do Norte estão juntos, nem os do Sul. Nem os que estão e os que entram.

Tudo isso seriam e são diversas alianças pontuais. Mas não é viável nada mais do que isso. Ainda bem! Porque a Europa não está fora de nós. Todos nós estamos dentro dela!

**Acha que os socialistas europeus se podem rever neste projecto de Constituição?**

Pela minha parte, embora não estando apaixonado por ela, aprecio o esforço que foi feito e revejo-me no texto, que é hoje o caminho possível para a Europa. Não pode haver Europas ideológicas como não pode haver Europas religiosas. A Constituição que temos é uma síntese que não compromete nenhum dos nossos princípios, que consagra muitas das nossas ambições, mas não é a "nossa" Constituição. É um projecto partilhado e, como tal, sem usuras e sem paternidades. Quem lhas quiser impor, estraga! É um texto onde ninguém ganha tudo o que ambiciona, mas ninguém perde tudo o que poderia temer.

Os socialistas são relativos. Por mim, este texto chega-me... tenho nele, com outros camaradas, muitos meses de trabalho. Porque se alguma coisa se pode dizer, é que se a Constituição existe, muito se deve ao empenho, esforço e determinação dos socialistas europeus e... portugueses.

## HELENA TORRES MARQUES

DENUNCIADO ABUSO  
DA UNICRE NA COBRANÇA  
DE COMISSÕES

O abuso da posição dominante que permite a cobrança de comissões "proibitivas" pela utilização dos cartões de crédito e de débito foi denunciado no passado dia 9 na Assembleia da República, numa audição na Comissão dos Assuntos Económicos, promovida pela eurodeputada socialista Helena Torres Marques.

Na audição participaram diversas associações ligadas ao sector da distribuição, revendedores de combustíveis, hotelaria e restauração e também a Unicre, a principal visada de todas as queixas de monopólio no mercado dos cartões de crédito e de débito.

Helena Torres Marques, que fez a intervenção inicial, considerou que o monopólio da Unicre está a violar o direito da concorrência, essencial para as empresas e os cidadãos pagarem preços justos pelos bens e serviços que utilizam. Segundo a eurodeputada, a Unicre está a desrespeitar as decisões da Comissão Europeia que indicam como valor de referência, até 2007, a cobrança de uma taxa única até 28 céntimos para o débito e um máximo de 0,7 por cento para as operações de crédito. Ora, a Unicre está a cobrar até 2,5 por cento nas operações de débito e 4,5 por cento para as operações de crédito, o que a Eurocommerce considera um valor "proibitivo" e "abusivo". O monopólio da Unicre vai ao ponto, segundo os participantes na audição, de impedir que os comerciantes paguem a débito, o que implica que o crédito que são assim obrigados a pedir seja sobrecarregado com comissões. De referir que, só em 2002, os associados da Associação Portuguesa de Empresas e Distribuição pagaram à Unicre cerca de 65 milhões de euros.

**Preços elevados  
nas transferências bancárias**

O sistema bancário europeu tem resistido ao reconhecimento da nova realidade que constitui o euro, acusou a eurodeputada Helena Torres Marques no plenário de Estrasburgo, acrescentando que a imposição de um limite de 12.500 euros para as transferências bancárias ao mesmo custo que dentro dos países é "ridícula e injustificável".

A eurodeputada, que sempre se tem batido pela eliminação dos custos injustificados das operações bancárias deste género, lembrou que só desde a semana passada é que passou a ser possível fazer transferências bancárias em condições tão vantajosas como as que se fazem dentro do país, mas considerou completamente "ridícula" a imposição de um limite de 12.500 euros para efectuar operações nessas condições.

"Se há infraestruturas técnicas para proceder às transferências da mesma moeda de um país para outro e se o custo é ínfimo, pois é uma operação virtual que se processa informaticamente, porque é que existe um limite de tal modo baixo", indigna-se a eurodeputada, que afirma que o custo da operação é sempre igual, independentemente do montante da transferência.

Para Helena Torres Marques é essencial "por a zona euro a funcionar eficazmente", reduzindo as comissões bancárias aos valores que se praticam a nível nacional.

## MANUEL DOS SANTOS

ECONOMIA EUROPEIA PRECISA  
DE MAIS COORDENAÇÃO

Maior coordenação e profundidade nas políticas económicas entre as diferentes instituições europeias, foi o que defendeu o eurodeputado Manuel dos Santos, na última reunião plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

"Perante o falso dilema 'crescimento ou estabilidade', o BCE não pode resignar-se com o seu principal desígnio institucional - a estabilidade dos preços -, ignorando as fragilidades e as contradições políticas que visam alcançar outros objectivos como o crescimento económico e o emprego", afirmou o eurodeputado.

Na sua opinião, também os governos nacionais, a Comissão e o Conselho não podem ficar satisfeitos com o nível de coordenação das suas políticas económicas ou com carácter meramente indicativo das grandes orientações político-económicas.

Neste contexto, Manuel dos Santos apelou ao BCE e às restantes instituições europeias para meditem seriamente sobre a actual crise económica, e sobre a falta de um horizonte imediato para a recuperação económica da Europa. Na sua opinião, as recentes previsões do BCE para a evolução económica em 2004 são o exemplo da crise que a Europa atravessa. "De uma só penada - afirmou - o Banco cortou nas suas previsões de crescimento uma fatia equivalente a 0,9 por cento em 2003 e a 0,8 por cento do PIB em relação a 2004".

Para o eurodeputado, é fundamental determinar se a actual apreciação do euro é um elemento pró-activo de recuperação económica ou um factor que poderá conduzir a um processo de deflação, se as restrições de política



O BCE não pode resignar-se apenas à estabilidade dos preços

monetária e os constrangimentos do Pacto de Estabilidade e Crescimento são compatíveis com a realização da Estratégia de Lisboa e a reforma do

modelo social europeu e ainda se as reformas estruturais levadas a cabo na generalidade dos países europeus têm sido globalmente suficientes.

## CONFERÊNCIA DA IS EM ROMA

GUTERRES EXORTA ISRAELITAS  
E PALESTINIANOS  
A ENTENDEREM-SE

O presidente da Internacional Socialista (IS), António Guterres, defendeu a necessidade de palestinianos e israelitas quebrarem o "ciclo vicioso de desconfiança", fazendo do Médio Oriente uma região de integração económica e política.

A posição de Guterres foi assumida no segundo e último dia da conferência da Internacional Socialista sobre a situação no Iraque e no Médio Oriente, em Roma, na qual esteve presente a secretária nacional do PS para as Relações Internacionais, Ana Gomes.

Na sua intervenção, António Guterres, na qualidade de presidente da IS, defendeu "um maior envolvimento da comunidade internacional na aplicação do Roteiro para a Paz entre Israel e a Autoridade Palestiniana".

O líder da IS advertiu também os responsáveis políticos israelitas e palestinianos. "Os israelitas não poderão ter confiança na paz enquanto a Autoridade Palestiniana se revelar incapaz de neutralizar os ataques terroristas", disse Guterres, adiantando, por outro lado, que "Israel não pode provocar o desespero dos palestinianos, prosseguindo com a expansão de colonatos".

Guterres apelou ainda a Israel "para retirar as suas tropas para as linhas de fronteira anteriores à última acção militar desencadeada contra o território palestiniano".

"Este ciclo vicioso de desconfiança tem de ser quebrado. Com a tecnologia israelita e com os recursos naturais dos países árabes, o Médio Oriente tem condições para se tornar numa região próspera, integrada do ponto de vista económico e político", sustentou Guterres.

Na conferência estiveram presentes representantes de todas as forças políticas iraquianas, o ex-primeiro-ministro de Israel, Shimon Peres, o dirigente do partido Meretz israelita Yossi Sarid e o ministro dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Palestiniana, Nabil Shaath.

## IMIGRAÇÃO

REGULARIZAÇÃO DOS CIDADÃOS  
DA CPLP

O Governo português deve estender a sua decisão de regularizar imigrantes brasileiros a todas as comunidades de países de língua portuguesa. Esta a medida defendida pela secretária nacional do PS para as Relações Internacionais, Ana Gomes, no passado dia 18.

Segundo Ana Gomes, que se encontrava em Roma a representar o PS na conferência da Internacional Socialista sobre a situação no Iraque e no Médio Oriente, a solução encontrada pelo Executivo laranja para regularizar a comunidade brasileira "é positiva". Porém, sustentou, "o Governo deverá estender o processo de regularização a outras comunidades imigrantes residentes em Portugal, em particular às pertencentes à Comunidade de Países de Língua Portuguesa".

A dirigente socialista considerou "importantes" os fluxos migratórios para Portugal, país que "apresenta indícios de envelhecimento populacional".



"A regularização de imigrantes que já trabalham e vivem em Portugal não é incompatível com o objectivo do Governo de controlar e regular as entradas de imigrantes no País", explicou ainda a responsável máxima do PS para as

Relações Internacionais. Ana Gomes alertou também para as consequências negativas da existência de imigrantes ilegais, "cidadãos muitas vezes sujeitos a exploração e a condições de vida degradantes".

## SOCIALISTAS PREOCUPADOS

## GOVERNO COM MÍNGUA DE PROJECTOS CANDIDATOS AO FUNDO DE COESÃO

O valor da execução do Fundo de Coesão "é insignificante", a julgar pelos escassos cinco projectos que foram aprovados no ano passado, e dos reduzidos montantes financeiros que para eles estão previstos. Estas preocupações foram manifestadas pelo eurodeputado Paulo Casaca numa pergunta escrita à Comissão, na qual pretende saber quais os valores das autorizações orçamentais do Fundo de Coesão para Portugal em 2003.

Em resposta, numa carta enviada ao eurodeputado, a Comissão Europeia confirmou a existência de atrasos na aplicação do Fundo de Coesão em Portugal, alertando para o risco de não se conseguir absorver os montantes previstos para 2003 se não forem apresentados projectos quanto antes.

Os únicos projectos em candidatura são o tratamento de resíduos sólidos no Vale do Ave, o saneamento do concelho de Braga, estudos para o saneamento no Algarve, a gestão integrada da LIPOR e o troço do IP 6, que ligará Peniche ao IP 1, num total de 106 milhões de euros.

"Se tivermos em conta que este valor deverá corresponder a autorizações orçamentais para vários anos, trata-se de um valor insignificante em relação aos objectivos aprovados pelo Conselho Europeu na Cimeira de Berlim de Março de 1999", considera Paulo Casaca.

"O importante volume financeiro que o Governo do PS conseguiu para o Fundo de Coesão está em risco de ser definitivamente perdido", afirma, acrescentando que a situação de "desbaratamento" dos fundos atingiu um ponto tal que até o PSD/Açores está agora a pressionar o Governo e as suas



Apenas cinco projectos foram aprovados o ano passado ao abrigo do Fundo de Coesão

câmaras a apresentarem projectos. "É o problema maior - afirma - é que se não houver autorizações para pagamentos este dinheiro perde-se".

Relativamente a 2003, os recursos disponíveis para o nosso País ascendem a 647 milhões de euros, 478 milhões adstritos ao exercício deste ano e 169 provenientes das dotações de 2002, que não foram utilizados. Actualmente, os

montantes já autorizados ou em curso de autorização de candidatura correspondem a 200 milhões de euros, estando 240 milhões adicionais ainda em fase de apreciação.

Perante esta situação, a Comissão deixa um alerta: "Para que sejam absorvidos os 647 milhões de euros relativos a 2003 e mantendo uma margem de segurança razoável, Portugal deveria apresentar

projectos que permitissem autorizar um montante adicional superior a 200 milhões de euros".

Segundo Paulo Casaca, esta situação, além de prejudicar o desenvolvimento nacional, está a prejudicar Portugal em relação ao futuro, já que a fraca execução dos fundos acaba por retirar margem negociadora para os disputar com os novos membros da Europa central e do Leste

que a partir de 2004 irão aderir à União. Refira-se que o volume total das verbas para os actuais quatro países da coesão é de 18 mil milhões de euros, cabendo a Portugal entre 16 a 18 por cento.

#### Taxa diferenciada do IVA nos Açores e na Madeira

Não faz sentido que a Comissão Europeia pretenda aumentar a taxa de Imposto de Valor Acrescentado (IVA) para os arquipélagos portugueses, pois esta foi reduzida por se tratarem de regiões ultraperiféricas. Esta a ideia defendida pelo eurodeputado do PS/Açores, Paulo Casaca, para quem o IVA em vigor nos Açores e na Madeira (13 por cento nos dois arquipélagos e 19 por cento no restante território nacional), estão devidamente regulamentadas no Tratado da Europa.

O europarlamentar, que falava no passado dia 22, no âmbito de uma visita que o porta-voz socialista da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, Ralf Walter, efectuou aos Açores, disse não compreender por que razão a Comissão Europeia se mostra preocupada com a uniformização das taxas de IVA em todos os países membros e regiões da Europa, uma vez que existem "distorções económicas muito mais graves em pleno centro da Europa, que não merecem reflexão".

"No Luxemburgo, por exemplo, os combustíveis são muito mais baratos que em Estrasburgo, e muita gente vai ao Luxemburgo encher o depósito", recordou.

P.P.

WWW.PS.PT

## MÁRIO SOARES CRITICA INJUSTIÇAS SOCIAIS DA GLOBALIZAÇÃO



O ex-Presidente da República Mário Soares lançou no passado dia 9 o seu livro "Um Mundo Inquietante", numa sessão em que estiveram presentes, Almeida Santos, Ferro Rodrigues e António Costa e que foi marcada pelas críticas às injustiças sociais derivadas da actual globalização.

A apresentação da obra foi feita pelo presidente da organização não-governamental Assistência Médica Internacional (AMI), Fernando Nobre, que classificou o livro de Mário Soares como "contundente, em que o

politicamente incorrecto e a lucidez se sobrepõem em relação a tudo o resto". "As injustiças só não vê quem está cego, ou quem se alheou dos problemas do mundo, ou, pior, quem fez a escolha pela demagogia e pela hipocrisia", disse o presidente da AMI, após se referir "às mentiras" sobre as razões que estiveram na origem da intervenção militar no Iraque. Mário Soares pegou nas palavras de Fernando Nobre para sustentar que, "em nome da democracia e da liberdade, também se cometem muitas injustiças", sublinhando que "quando pensamos que estamos num mundo totalmente livre, começa-se a sentir que a liberdade está condicionada, que há pressões, concentrações de poder de grupos económicos com grupos mediáticos, e que há interesses escondidos e sórdidos".

# VERÃO QUENTE

*Em Portugal, o direito de defesa de um arguido é, por vezes, uma coisa vaga que segue dentro de momentos.*

*Dizer que este não é o momento de discutir o assunto não é sério. Em democracia tudo pode ser discutido a todo o momento.*

O funcionamento de um Estado de Direito Democrático é orientado por um conjunto de direitos, liberdades e garantias fundamentais. Qualquer democrata deve ser intransigente na defesa desses princípios constitucionais. Nos últimos tempos, em várias democracias consolidadas temos assistido a sinais preocupantes para quem pretenda ver assegurados os mais elementares direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Nos Estados Unidos, os prisioneiros de Guantanamo não parecem ter o tratamento próprio de uma democracia com mais de 200 anos; no Reino Unido, há um governo

que, aparentemente, manipulou informações dos serviços secretos para legitimar uma intervenção militar; em Itália, há um primeiro-ministro que procura controlar toda a comunicação social, o futebol e, agora, até o poder judicial; e em França, o ministro do Interior persegue minorias e grupos excluídos numa vertigem securitária própria da extrema-direita. Infelizmente, Portugal não se tem afastado esta tendência algo assustadora. A forma como está a decorrer o chamado "processo da Casa Pia" é talvez o melhor exemplo disso mesmo. No dia 21 de Maio, o nosso camarada Paulo Pedroso foi preso preventivamente no âmbito deste processo. Não fugiu nem se escudou nas imunidades parlamentares. Entregou-se ao sistema judicial do Portugal democrático, na certeza de que esse mesmo sistema tem em si os mecanismos que lhe permitirão provar a sua inocência. O secretário-geral Ferro Rodrigues mostrou-se desde logo disponível para colaborar com a Justiça, num momento em que também ele era alvo de calúnias e acusações gravíssimas. Não pôs em causa aquilo que sempre defendeu: a separação de poderes. Ainda assim, muitos analistas encartados lamentaram as declarações de Ferro por considerarem que se tratava de "pressões" sobre a Justiça ou de tentativas de "politização" do processo.

De então para cá, a propósito do regime da prisão preventiva, das fugas de informação e das escutas telefónicas, assistimos, em directo e a cores, a toda uma série de abusos face a direitos, liberdades e garantias constitucionais. Com aquilo a que já alguém chamou de "curso intensivo de Direito Penal", apercebemo-nos dos "truques" a que pode recorrer quem interpreta a lei, mas também dos efeitos do populismo que privilegia as penas de prisão e despreza as garantias de todos os envolvidos num processo crime. Esta situação atingiu o seu auge quando, há duas semanas, o cidadão Paulo Pedroso se viu, na prática, impedido de exercer o direito constitucional de recorrer de uma decisão judicial. Ficava claro para todos que, em Portugal, o direito de defesa de um arguido é, por vezes, uma coisa vaga que segue dentro de momentos.

Dizer que este não é o momento de discutir o assunto não é sério. Em democracia tudo pode ser discutido a todo o momento. Num contexto em que isto deixa de ser um tema apenas discutido nos corredores dos meios judiciais e passa a estar na agenda da comunicação social é perfeitamente legítimo que vários cidadãos se mobilizem e que os partidos políticos os ouçam.

Como se já não bastassem os referidos abusos processuais, nos últimos dias, de forma sistemática, têm surgido notícias absurdas, já devidamente desmentidas, implicando, mais uma vez, o secretário-geral do PS e, agora também, outros dirigentes nacionais. O "Expresso" da semana passada, por exemplo, noticiava que "Sindicância à Casa Pia compromete PS". Lendo a notícia, percebe-se a insinuação e a intenção da fonte. Confesso que não sou propriamente adepto de teorias da conspiração, mas, de facto, se isto não é "uma tentativa de decapitar a direcção nacional do Partido Socialista", então já não sei o que é!

Para o ano, a revolução dos cravos faz 30 anos. Há 28 anos estávamos a viver um Verão Quente em que estava em causa a consolidação das regras da democracia liberal. 28 anos depois, parece que voltamos a não ter direito a uma boa "silly season". A não ser que por "silly season" entendamos: época tonta; momento do ano propício a dar crédito a disparates que, no caso, condicionam algo de essencial para o funcionamento da democracia, isto é, a própria liberdade política do principal partido da oposição. 28 anos depois, temos uma democracia consolidada e vivemos numa sociedade aberta. Apesar dos necessários aperfeiçoamentos, o sistema democrático tem em si, hoje, os mecanismos necessários para superarmos, de forma rápida e cabal, este clima de abusos, suspeição e calúnias. Assim eles funcionem.

www.paisrelativo.blogspot.com

O País relativo

# SOCIALISTAS CONTESTAM FECHO DE ESQUADRAS NO PAÍS

*Os socialistas estão em alerta e mobilizados para denunciar e travar a intenção do Governo de encerrar esquadras da PSP em várias localidades do País, desde o presidente da Câmara de Lamego, José António Santos, até ao ex-ministro João Cravinho, passando pelos deputados do PS do círculo de Faro e da Guarda e Concelhia de Tavira*



FILIPE NUNES

Assim, o deputado João Cravinho anunciou que, "já em Setembro", vai levantar a questão da anunciada supressão da esquadra da PSP de Santa Maria da Feira na Comissão parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias.

Em causa está o estudo do Gabinete Coordenador de Segurança do Ministério da Administração Interna, no qual se defende que cidades com menos de 15 mil habitantes, como Santa Maria da Feira, troquem o policiamento da PSP pelo da GNR.

Em contraponto, João Cravinho sustenta que "a base do estudo está errada, porque cada localidade tem sua característica própria".

Segundo o deputado socialista, a PSP "é necessária" em Santa Maria da Feira, porque se trata de "um grande polo de realização de eventos", nomeadamente no Europarque.

Também os deputados socialistas do círculo da Guarda, Fernando Cabral e António José Seguro, solicitaram informações ao Ministério da Administração Interna sobre se está, ou não, previsto o



encerramento da esquadra da PSP de Gouveia.

No documento, os deputados do PS salientam que "nas actuais instalações da esquadra da PSP foram investidos, recentemente, milhares de contos, tornando-as nas melhores instalações desta força policial no distrito da Guarda e das melhores do País.

Por outro lado, os deputados do PS eleitos pelo círculo de Faro pediram esclarecimentos ao Governo sobre a intenção de substituir as esquadras da PSP de Tavira e Vila Real de S. António por quartéis da GNR.

Os parlamentares apresentaram um requerimento na mesa da Assembleia da República, no qual exigem que o Ministério da Administração Interna clarifique qual a relevância do turismo na anunciada reorganização do sistema de forças de segurança.

No documento, os deputados do PS perguntam ao ministério se "a definição do

sistema de forças de segurança no Algarve pode basear-se apenas no número de residentes na sede do concelho, sem atender à população flutuante nacional e turística".

Os deputados pedem ainda que o Governo se pronuncie sobre o já concluído estudo de reestruturação de forças, que aponta para o encerramento das esquadras da PSP nas duas cidades algarvias.

Posição semelhante tem a Concelhia de Tavira do PS, que considera a intenção do Ministério da Administração Interna "injusta e negativa".

Em comunicado, o PS/Tavira afirma que "a medida afecta negativamente a cidade" e exige do ministério "o cumprimento integral das promessas e compromissos eleitorais do PSD e PP em matéria de segurança", tais como o "reforço dos recursos humanos e materiais".

Os socialistas de Tavira exigem ainda "a abertura imediata do concurso público para a edificação do novo quartel da GNR na cidade" e manifestam a sua "total solidariedade" com os profissionais da PSP afectados por esta "medida injusta" do actual Governo.

A ameaça de encerramento da esquadra da PSP de Lamego levou também o presidente da Câmara local a admitir mobilizar a população da cidade, para protestar nas ruas.

"Sem enveredar por qualquer acção subversiva, não hesitarei em adoptar todas as formas de protesto possíveis neste justo combate em nome da segurança dos lamecenses", disse o autarca, explicando que o fará "de uma forma gradual", até ter garantias de que a PSP permanecerá na cidade.

J.C.C.B.

## SANTARÉM

### FEDERAÇÃO DEFENDE ÁREA METROPOLITANA ÚNICA PARA O DISTRITO

A Federação do PS/Santarém organizou no passado dia 19 de Julho, um debate com responsáveis do distrito e com o secretário de Estado da Administração Local onde foi analisada a proposta socialista, de criação de uma área metropolitana que juntasse todo o distrito

O secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas, ao contrário do PS que preconiza a criação de uma área metropolitana, defendeu que o distrito deve ser dividido em duas

comunidades urbanas, uma vez que "já é tarde para propor a união de todo o Ribatejo, em torno de um modelo único", Opinião diferente tem o líder da Federação Distrital de Santarém, Paulo Fonseca, que defendeu na sua intervenção que "só com a união do distrito em torno de uma grande área metropolitana será possível contrariar a desertificação de alguns concelhos e aumentar a coordenação do investimento"

Ao intervir no debate, Nelson Carvalho,

presidente da Câmara de Abrantes, considerou que a nova legislação aprovada pelo actual Governo não possui "uma matriz" que defina o território nacional, permitindo que toda a decisão caiba aos municípios, por questões de interesse político ou conjuntural.

O autarca socialista de Abrantes defendeu ainda a criação de uma Área Metropolitana do Vale do Tejo, "um espaço territorial relevante e pertinente" no quadro da União Europeia.

## GUARDA

### DEPUTADOS QUESTIONAM GOVERNO SOBRE NOVO QUARTEL DE BOMBEIROS

Os deputados do PS Fernando Cabral e Pina Moura entregaram um requerimento na Mesa da Assembleia da República, onde perguntam ao Governo se vai apoiar a aquisição de equipamento para o novo quartel dos bombeiros voluntários da Guarda e qual o montante desse eventual apoio. Caso o Governo não conceda apoio,

os deputados do PS eleitos pelo círculo da Guarda querem saber quais as razões para essa decisão.

No documento, os parlamentares lembram que este novo quartel surgiu na sequência de um protocolo entre o programa Polis Guarda, a câmara municipal e os bombeiros, nos termos do qual os soldados da paz

disponibilizaram à cidade o actual quartel e terrenos adjacentes.

Só que, sublinham os deputados do PS, "o equipamento do actual quartel não tem condições, qualitativas e quantitativas, para servir a nova estrutura", tendo já sido solicitado um apoio ao Ministério da Administração Interna "para suprir esta carência".



## CCDR'S

## COIMBRA

# SOCIALISTAS DENUNCIAM PARTIDARIZAÇÃO NAS ELEIÇÕES

Os sete presidentes de câmara socialistas do Algarve abandonaram, no passado dia 18, a reunião que se destinava à escolha do nome para presidir à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), em protesto contra "uma proposta cozinhada exclusivamente na distrital do PSD".

A eleição de Campos Correia para o cargo, até agora presidente da empresa pública Águas do Algarve, não foi aceite pelos autarcas eleitos pelo PS, que decidiram abandonar os trabalhos, depois de a mesa ter recusado uma proposta para suspender os trabalhos, com o objectivo de aprofundar o diálogo, para se chegar a uma plataforma de entendimento.

O líder da Federação do PS/Algarve, Miguel Freitas, manifestou a sua solidariedade com a posição assumida pelos autarcas, afirmando que "este PSD/Algarve já não nos surpreende, estamos habituados à sua lógica do quero, posso e mando, em benefício do cinzentismo, da incompetência e do amiguismo".

Perante este cenário, os socialistas "vão ponderar as suas posições em todos os órgãos em que estão representados, nomeadamente assembleias municipais e Associação de Municípios do Algarve".

## Negócio PCP/PSD em Évora

Os autarcas socialistas do Alentejo criticaram "o acordo de partilha de poder entre o PCP e o PSD" feito em torno das eleições para a presidência da



CCDR/Alentejo.

Em comunicado, os presidentes de câmara do PS manifestam a sua indignação perante o que apelidam de "negociata" e criticam "a partidarização da gestão da CCDR, contrária à sua prometida democratização".

A candidatura do ex-autarca do PSD João Transmontano Miguéns, foi subscrita por autarcas do PSD, do PCP e

membros do sector empresarial, mas na altura da votação os representantes socialistas abandonaram a sala como forma de protesto.

Os autarcas socialistas sublinham ainda que "este casamento entre PSD e PCP representa uma total falta de ética e demonstra o completo abandono de princípios fundamentais de coerência ideológica e política".

# PS/LEIRIA CONTRA ASSALTO DA MAIORIA A CARGOS PÚBLICOS

A Federação de Leiria do PS acusou o Governo de "dar cobertura ao assalto que as máquinas partidárias do PSD e do CDS-PP têm vindo a promover em relação aos organismos públicos da administração central sediados em Leiria", dando como exemplo a recente exoneração da delegada distrital do IAPMEI.

"Caiu a máscara do Governo", denunciou João Paulo Pedrosa, dirigente do PS/Leiria, face à ausência de capacidade do Governo em aceitar

as críticas de uma responsável que "denunciou aquilo que é óbvio", ou seja, a falta de rapidez do organismo na análise dos processos das empresas.

Os socialistas de Leiria denunciaram também a falta de investimentos públicos no distrito, que se encontram "numa paralisação total".

"Com sete deputados, o PSD e o CDS-PP não conseguem batalhar pelo distrito, como o prova o processo de eleição da Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro, onde não consegue colocar ninguém da região na direcção", sublinhou João Paulo Pedrosa.

"Depois do 25 de Abril, os deputados do PSD e CDS-PP são o grupo que menos consegue para o distrito em termos de reivindicação junto do Governo", frisou o dirigente do PS/Leiria, que acusou a maioria de não lutar por projectos estruturantes, como é o caso da remodelação do IC2.

## PAMPILHOSA DA SERRA

# ATRASSO ESTRUTURAL NO CONCELHO É CULPA DO PSD

O PS da Pampilhosa da Serra responsabilizou o PSD pelo "atraso estrutural" daquela localidade e fez um balanço negativo do mandato do actual presidente da autarquia.

"O PSD gere o concelho da Pampilhosa da Serra há 25 anos, é responsável pelo seu atraso estrutural e pelo envelhecimento da população", acusou

Eliana Pinto, líder da bancada socialista na Assembleia Municipal.

Numa conferência de Imprensa na sede da Federação Distrital de Coimbra, que contou com a presença do líder desta estrutura, Victor Baptista, e o vereador socialista da Câmara da Pampilhosa, Anselmo Gonçalves, foram feitas críticas à falta de investimentos, inscritos em

PIDDAC para o município, e à ausência de uma "política criativa de fixação dos jovens" no concelho.

"Falta rasgo e sagacidade política ao presidente da câmara para gerir uma terra com poucos recursos, pedindo apoios a Lisboa e tirando partido das potencialidades do concelho", sustentou Eliana Pinto.

# FEDERAÇÃO DEFENDE ELEIÇÕES ANTECIPADAS EM MIRANDA DO CORVO

Os dirigentes concelhios de Miranda do Corvo e da Federação Distrital de Coimbra do Partido Socialista defenderam a realização de eleições antecipadas em Miranda do Corvo por entenderem que Fátima Ramos "foi eleita com base em mentiras que proclamou". Segundo o líder da distrital Vítor Baptista, está em causa a decisão do Supremo Tribunal Administrativo que deu razão ao anterior presidente, Jorge Cosme, numa polémica que dominou a campanha eleitoral.

Para o PS, a autarca laranja, venceu as eleições "por escassas três centenas de votos" essencialmente devido às acusações dirigidas a Jorge Cosme relativamente à ilegalidade de decisões relacionadas com empreendimentos imobiliários.

Assim, sendo, para o ex-autarca, "como o PSD beneficiou das calúnias" para ganhar a autarquia, a actual presidente deve, "se lhe restar sensatez e coragem política", convocar eleições antecipadas.

## PORTO

# ATRASSOS NAS OBRAS DA ZONA HISTÓRICA É RESPONSABILIDADE DA CÂMARA

O presidente da concelhia do PS/Porto, Nuno Cardoso, acusou o actual presidente da Câmara do Porto de "incuria e irresponsabilidade" com a zona da Ribeira, classificada como Património da Humanidade.

O ex-autarca criticou o atraso das obras de reabilitação da Ribeira, cujo prazo de conclusão estava previsto para Junho de 2002, assim como a demora na definição de um modelo de funcionamento para o elevador dos Guindais.

Em contacto com comerciantes e moradores da zona, Nuno Cardoso considerou que Rui Rio "não está a tirar proveito do muito investimento público" ali aplicado, acrescentando ainda que parece que "as únicas pessoas que estão preocupadas com a situação são os comerciantes, que sentem nas caixas registadoras a falta de visão do executivo", disse. Para o presidente da concelhia, o executivo camarário deveria preocupar-se mais com aquela zona emblemática, até porque do lado de Gaia acaba de nascer uma nova área de lazer e restauração.

## SERPA

# CONCELHIA APROVA DOCUMENTO DE ACÇÃO ESTRATÉGICA

O Secretariado PS/Serpa aprovou na sua última reunião um documento de acção estratégica centrado, por um lado, nas questões autárquicas, e por outro lado, na reorganização do próprio partido.

Os socialistas de Serpa consideram que o modelo de desenvolvimento implementado pela autarquia local constitui uma "séria ameaça" ao futuro dos jovens, uma vez que "nem dinamiza as actividades económicas nem promove a sua fixação no concelho". O Secretariado decidiu também escrever aos autarcas eleitos pelo PS para lhes dar conhecimento de algumas iniciativas, designadamente um encontro de autarcas e algumas reuniões com dos membros do Secretariado para fazer o levantamento dos problemas a nível local.

O PS/Serpa congratulou-se com a elevação a cidade, da vila de Serpa, tal como constava do programa eleitoral autárquico do PS, aproveitando a ocasião para propor a atribuição a uma artéria da cidade da designação toponímica de "1 de Julho", data em que foi aprovada a elevação a cidade.

## SEIA

# GOVERNO ENTRAVA DESENVOLVIMENTO DO LOCAL

A Concelhia de Seia do PS exigiu ao Governo a criação do curso de Telecomunicações na Escola Superior de Seia, que considerou "fundamental para o desenvolvimento do concelho".

Em comunicado, a Concelhia considera que "é da mais elementar justiça pedir a este Governo e ao PSD que não entrem o nosso desenvolvimento e, se não querem ou não sabem fazer coisas novas, deixem pelo menos consolidar as que existem e que foram obra do anterior Governo".

Para além de manifestarem a sua "profunda indignação e protesto" pela decisão do ministro de não avançar com a criação do curso de Telecomunicações, os socialistas de Seia consideram que é chegado o momento de perguntar "com frontalidade" aos dirigentes locais e distritais do PSD "se estão do lado dos interesses partidários, do apoio cego ao Governo ou dos interesses do concelho e da região".

## MULHERES SOCIALISTAS

# SÓNIA FERTUZINHOS DÁ POSSE AOS CONSELHOS CONSULTIVOS

Sónia Fertuzinhos reafirmou a necessidade de o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas trabalhar em rede com os departamentos federativos, para que o trabalho desenvolvido tenha uma dupla utilidade, interna na organização do partido e externa na sociedade.

"Desta forma conseguimos ter mais mulheres na política e com elas e com o PS lançarmos aos mais diferentes níveis as bases da mudança da sociedade portuguesa que tem na visão da igualdade entre homens e mulheres uma marca de qualidade acrescida", sublinhou a também deputada socialista.

Estas ideias foram defendidas por Sónia Fertuzinhos, no dia 27, na tomada de posse do conselho consultivo das mulheres socialistas do distrito de Faro, cuja presidente é Aldemira Pinho.

A presidente deste departamento conferiu ainda posse aos conselhos consultivos dos departamentos federativos das mulheres socialistas de Leiria, Coimbra, cujas presidentes são, respectivamente, Isabel Gonçalves e Ângela Pinto Correia.

Entretanto foram também eleitas Rosa Albernaz em Aveiro, Carla Lança em Beja, Susana Amador na FAUL, Fátima Pimenta em Viana do Castelo, em Setúbal Fátima Dinis e Piedade Murta em Portalegre.

Faltam ainda eleger os conselhos consultivos dos distritos de Braga, Porto, Bragança, Guarda, Évora e Porto.

## Agenda PS

### FESTA DE VERÃO DO PS

#### PORTIMÃO

**Dia 23 de Agosto** – Com intervenções de Ferro Rodrigues, Jâmlia Madeira e Miguel Freitas, terá lugar a partir das 21 horas a festa de Verão.

Antecedendo o comício, realiza-se um jantar onde estarão presentes os dirigentes nacionais e federativos.

### SECRETÁRIO-GERAL

**Dia 23 de Agosto** – O secretário-geral encerra a Universidade de Verão, que decorre em Évora.

**Dia 24 de Agosto** – Ferro Rodrigues visita a Fatacil em Lagoa.

### FEDERAÇÕES

#### MADEIRA

**Dia 31 de Agosto** – Festa do PS/Madeira no lugar da Fonte do Bispo na Calheta, com a presença de Ferro Rodrigues.

Em meados do mês de Agosto decorrerá em Porto Santo uma sessão sobre questões ligadas à toxicod dependência.

#### GUARDA

**Dia 7 de Setembro** – Convívio de militantes, autarcas e simpatizantes do PS/Trancoso.

**Dia 8 de Setembro** – Realiza-se a primeira reunião do Secretariado Distrital após o período de férias.

#### CASTELO BRANCO

**10 de Setembro** – Reunião da Comissão Política Distrital.

#### BAIXO ALENTEJO

**13 de Setembro** – Festa da "rentree" distrital, que decorrerá em Mértola.

#### PORTALEGRE

**Setembro** – A Federação organiza na primeira quinzena um debate público subordinado ao tema "Novo Hospital de Portalegre: Que Modelo de Construção e Gestão".

### GABINETE DE ESTUDOS

#### ÉVORA

**Dias 19, 20, 21, 22 e 23 de Agosto** – O Gabinete de Estudos e a Delegação dos Socialistas Portugueses organizam a Universidade de Verão do Partido Socialista, subordinada ao tema "Governação Progressista".

## ENCONTROS COM O PS NA MADEIRA

# ALEXANDRE ROSA DEBATE REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Iniciaram-se, no passado dia 17 de Julho, os Encontros com o PS na Região Autónoma da Madeira, numa organização da Direcção Regional da Madeira do Partido Socialista. Com esta iniciativa, conforme afirmou Jacinto Serrão, presidente do PS/Madeira, pretende-se promover a discussão com a sociedade madeirense de um conjunto de temas, de interesse para a Região e para o País, numa demonstração clara da determinação do PS em construir propostas que vão ao encontro das reais preocupações das pessoas e, assim, preparar, com determinação e de forma vitoriosa, as próximas batalhas eleitorais.

Esta primeira sessão, a que se seguirão outras já em preparação, teve como tema a Reforma da Administração Pública e contou com a presença de Alexandre Rosa, coordenador do Grupo Administração Pública do Gabinete de Estudos e ex- secretário de Estado da Administração Pública.

Na presença de cerca de 50 pessoas, Alexandre Rosa reafirmou a determinação do PS em que se prossigam os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos no domínio da modernização da Administração Pública, nomeadamente durante os Governos do PS, registando como positivo o anúncio feito pelo Governo relativo à reforma da Administração Pública.

Alexandre Rosa referiu, contudo, que o consenso existente em torno das ideias gerais anunciadas pelo Governo, não nos deve criar a ilusão de que haverá, necessariamente, concordância



A necessidade de reformar a Administração Pública não pode ser feita à custa de falsos consensos

nas medidas que as concretizem. Os nossos objectivos, no concreto, não são, necessariamente, coincidentes com os da maioria PSD/CDS, alertou Alexandre Rosa. Devemos, por isso, estar preparados para afirmar, neste debate, os nossos pontos de vista apresentando as nossas próprias propostas e rejeitando o que não merecer a nossa concordância. Não temos que, em nome da necessidade da reforma, alinhar em falsos consensos, referiu Alexandre Rosa.

O debate aprofundado das medidas, quer com os parceiros sociais, quer com os partidos da oposição é uma condição indispensável ao sucesso da reforma e, para isso, o PS afirmou já toda a sua disponibilidade. O Governo, contudo, referiu Alexandre Rosa, durante os 15 meses que leva de exercício do poder, não tem dado

sinais de querer o diálogo e a concertação, como se verificou a propósito de muitas iniciativas legislativas do PS, pura e simplesmente inviabilizadas pela maioria, ou a propósito de decisões impostas pelo Governo e, posteriormente, declaradas inconstitucionais ou outras que foram impostas sem qualquer preocupação de encontrar consensos com a oposição, em matérias tão importantes como, por exemplo, as relativas à descentralização. Alexandre Rosa terminou a sua intervenção, depois de identificar as questões que, no seu entender, devem nortear a acção do PS neste domínio, desafiando o Governo a mudar de atitude e mostrar que quer efectivamente reformar a Administração Pública colocando-a ao serviço dos cidadãos e do desenvolvimento do País.

## JACINTO SERRÃO ACUSA

# PSD/MADEIRA USA AUTONOMIA COMO BODE EXPIATÓRIO PARA ESCONDER INCAPACIDADES

"Este Governo do PSD está velho, está decadente. Tem 30 anos. Já não sabem o que fazer. Revelam ignorância", afirmou o líder do PS/Madeira, salientando que "os desafios que se deparam à região são imensos e a população está à nossa espera".

Por isso, adiantou, os socialistas madeirenses vão continuar a trabalhar "para compreender a população e os seus anseios, apresentar as melhores propostas e conquistar a confiança do eleitorado".

Falando no encerramento do encontro de autarcas socialistas desta região autónoma realizado em Machico, Jacinto Serrão afirmou que "o PS/Madeira está a trabalhar de forma responsável e séria para que a revisão da Constituição se faça e para que a autonomia da Madeira cresça e ganhe a maturidade desejada". Uma maturidade que, na opinião de Jacinto Serrão, "não se compadece com os discursos imprudentes dos dirigentes do PSD", que deixam transparecer "uma



A população da Madeira está à espera do PS para dar novo rumo à região

mã vontade em colaborar para que a autonomia pule e avance".

"Para o PSD a autonomia serve de bode expiatório para esconder as suas incapacidades de Governo", resumindo-se à "ridícula questão da residência do representante do Presidente da República", acusou o líder do PS/Madeira, acrescentando que para os socialistas "a autonomia é mais do que

isso, é o essencial e não o acessório". E o essencial é, para os socialistas, o fim do cargo de ministro da República, o reforço dos poderes legislativos do parlamento regional, o fim das leis gerais da República e uma nova lei eleitoral para a região, mais justa e mais democrática, em que o número de votos tenha a sua justa proporcionalidade ao número de eleitos.

**LISBOA****VASCO FRANCO CONTESTA FINANCIAMENTO DE SISTEMA GPS**

Na última sessão de câmara os vereadores socialistas puseram em causa a promessa de Santana Lopes, de financiar a 100 por cento a instalação do sistema de GPS nos táxis.

O vereador socialista Vasco Franco apontou as razões que levaram o PS a discordar da promessa do presidente do município, já que o protocolo não foi discutido em reunião de câmara, faltando ainda saber se a operação cabe no orçamento, havendo mesmo dúvidas quanto à legalidade da decisão. Vasco Franco defendeu que o financiamento da instalação do sistema GPS é uma obrigação do Estado e não do município, salientando que, "quanto



muito, deveria haver uma negociação entre o Governo, as autarquias e os taxistas e todos deveriam participar na instalação do sistema de segurança. Por outro lado, dado que o sistema de segurança GPS custará ao município de Lisboa cerca de 3,5 milhões de euros, Vasco Franco considerou tratar-se de uma opção de investimento "questionável".

O vereador socialista lembrou ainda que a câmara vai despende no combate à toxicod dependência, que está a agudizar-se em locais como o Intendente, 1,6 milhões de euros, menos de metade do que anuncia gastar com os taxistas.

**MONTIJO****MUNICÍPIO DINAMIZA FÉRIAS ESCOLARES**

A Câmara Municipal do Montijo organizou uma visita guiada aos locais mais emblemáticos da freguesia da Atalaia, no âmbito do projecto "Montijo em Férias 2003".

A visita às diversas freguesias do concelho do Montijo é uma das actividades do projecto, que decorre até Agosto e que abrange cerca de 500 crianças e jovens.

A autarquia socialista promove durante o mês de Julho várias actividades desportivas, lúdicas e culturais para dinamizar as férias escolares, fomentando a participação da sociedade civil na vida do concelho.

Natação, basquetebol, passeios ao ar



livre, voleibol, "ateliers" de expressão plástica, teatro, dança e arte circense, são algumas das actividades incluídas neste projecto de ocupação dos tempos livres que conta com a colaboração de várias colectividades do concelho.

**ALCOCHETE****AUTARQUIA ACUSA GOVERNO DE IGNORAR SALINAS DO SAMOUÇO**

O presidente da autarquia socialista de Alcochete, José Dias Inocêncio, criticou o Governo pela falta de apoios à Fundação das Salinas do Samouço, lembrando que o seu aparecimento surge de um compromisso do Estado português com a União Europeia e que tem a ver com o financiamento da Ponte Vasco da Gama.

Para o presidente da autarquia, com esta situação "corre-se o risco dos investimentos avultados que foram feitos irem por água abaixo, uma vez que aquele espaço precisa de uma manutenção sistemática", tendo alertado ainda para "o risco de os trabalhadores não serem pagos e de o património se estar a degradar".



O autarca socialista referiu-se também aos "problemas de ordem ambiental", afirmando que "ao longo dos anos, os níveis de nidificação têm aumentado, correndo-se o risco de agora virem a diminuir se aquela infra-estrutura não estiver a trabalhar em condições, porque a recuperação está incompleta por falta de verbas e apoios".

Apesar de o município não ter participado na gestão da fundação, José Dias Inocêncio garante que "está disponível para assumir a sua responsabilidade, juntamente com o Ministério do Ambiente e o Ministério das Obras Públicas", admitindo que essa participação pode mesmo passar pela gestão das salinas do Samouço.

**VALPAÇOS****FALTA DE MEIOS LEVA À DEMISSÃO DE AUTARCAS SOCIALISTAS**

Os elementos da Junta de Freguesia de Vilarandelo eleitos pelo PS renunciaram ao mandato em protesto pela falta de atribuição de verbas por parte do executivo camarário de Valpaços do PSD.

"A maior parte das propostas apresentadas por nós não têm sido aprovadas e contempladas no plano de actividades da autarquia", frisou o presidente da Junta de Freguesia, Jorge Magalhães, acrescentando ainda que os únicos projectos incluídos no plano de actividades da câmara para 2003 "ainda não saíram do papel".

Em sua opinião, os autarcas de Vilarandelo "estão a ser discriminados por terem sido eleitos por um partido diferente do da autarquia laranja".



Como forma de protesto e para mostrarem que não têm condições de trabalho, Jorge Magalhães e os restantes autarcas socialistas entregaram as chaves da junta de freguesia na Câmara Municipal de Valpaços.

**VILA FRANCA DE XIRA****MARIA DA LUZ ROSINHA QUESTIONA TRAÇADO DO TGV**

Maria da Luz Rosinha exigiu esclarecimentos ao Governo sobre o traçado do TGV, por temer a ocupação excessiva do concelho.

Segundo a autarca socialista, o projecto dado a conhecer pelo Executivo abrange uma "extensa zona de reserva provisória" e o traçado "faz um corte no concelho".

Perante as dúvidas que o projecto levanta, Maria da Luz Rosinha vai

solicitar junto do Ministério das Obras Públicas e da Refer uma informação mais completa, porque e, frisou "nos preocupa imenso a informação que nos foi dada". A autarca vilafranquense admitiu ainda que a construção do transporte ferroviário de alta velocidade poderá tornar-se num assunto polémico se as autoridades competentes optarem por "tomar decisões nos gabinetes e não no terreno".

**MUNICÍPIO NEGOCEIA COMERCIALIZAÇÃO DO SAL AVEIRENSE**

A Câmara Municipal de Aveiro está em negociações com uma grande superfície para comercializar o sal aveirense, uma parceria considerada vital para salvar este produto.

O projecto de envolver uma grande superfície é, no entanto, considerado crucial pela autarquia socialista para viabilizar a venda do sal, cuja grande parte da produção do ano passado ainda não foi vendida.

Segundo o município "o que falta para ajudar a salvar o salgado aveirense é uma empresa que assuma a sua distribuição e comercialização", daí os esforços da autarquia no sentido de "criar uma empresa que faça a refinação e acabamento do sal, que o torne um produto". A Câmara de Aveiro alerta ainda para que a contínua degradação e abandono de marinhas em produção pode vir a pôr em causa o próprio eco-museu municipal da Troncalhada.

**PS/PORTO PEDE A DEMISSÃO DO AUTARCA DE MARCO DE CANAVESES**

A Federação Distrital do PS/Porto exige a demissão do Executivo da Câmara do Marco de Canaveses e a realização de eleições antecipadas, na sequência da declaração de ruptura financeira do município.

Em conferência de Imprensa, o presidente da Federação do Porto, Francisco Assis, afirmou que "quem promoveu uma política de tal maneira irresponsável que conduziu a uma catástrofe do ponto de vista financeiro tem que assumir as suas responsabilidades e só o pode fazer renunciando".

Uma vez que a autarquia é presidida por Ferreira Torres do CDS/PP, Assis desafiou ainda os "dirigentes distritais e nacionais" do partido e "em particular Paulo Portas", a "pronunciarem-se sobre este assunto", considerando "indecroso que tenham um discurso na Assembleia da República e um discurso distinto quando se trata de autarcas do partido".



# OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

## CONTAS MAL FEITAS NA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

1. Na apresentação do OE para 2003, o Governo apresentou uma estimativa de execução do OE de 2002 em que só considerava as *despesas do próprio ano*, comparando-as com a proposta para 2003;
2. O OE de 2003 tem inscrito as *receitas normais* que o Governo estima obter;
3. A partir de Junho de 2002 o Governo passou a desagregar as despesas em: despesas de 2002 e despesas de anos anteriores.

### O QUE O GOVERNO FAZ

Compara as despesas de 2003 com despesas de 2002 + despesas de anos anteriores

Saldo Execução Orçamental 2003 = -3.987 m<sup>€</sup>

Saldo Execução Orçamental 2002 = -3.224 m<sup>€</sup>

Em Junho de 2003, e relativamente a Junho de 2002, a situação agravava-se em 763 m<sup>€</sup>

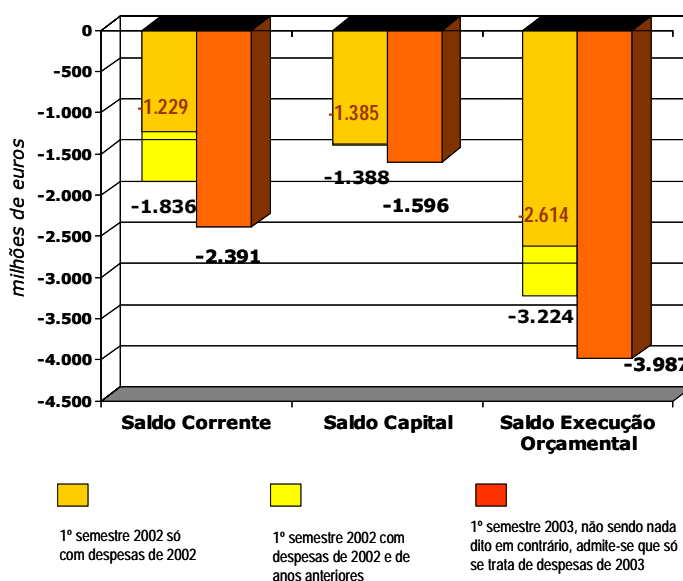
### O QUE O GOVERNO DEVIA FAZER

Comparar as despesas de 2003 só com as despesas de 2002

Saldo Execução Orçamental 2003 = -3.987 m<sup>€</sup>

Saldo Execução Orçamental 2002 = -2.614 m<sup>€</sup>

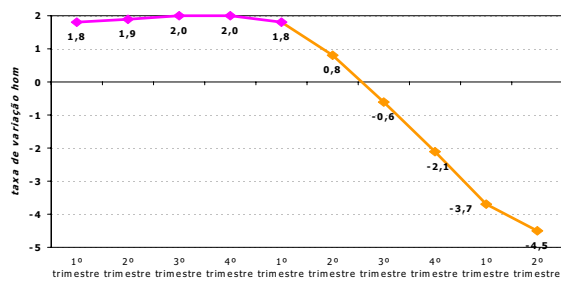
Em Junho de 2003, e relativamente a Junho de 2002, a situação agravava-se em 1.373 m<sup>€</sup>



## A ECONOMIA AINDA NÃO BATEU NO FUNDO

### Indicador Coincidente

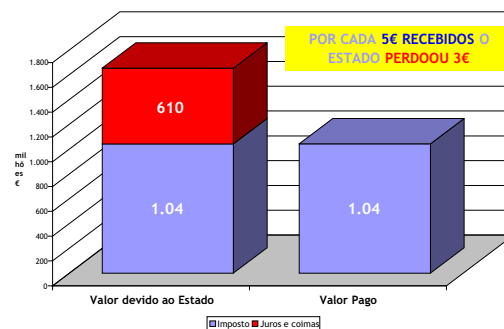
Ano: 2001/2002/2003



Banco de Portugal  
O ICBP mede o estado da economia

O Indicador Coincidente mede o estado da economia, antecipando o valor para o crescimento do PIB. Se se confirmarem os dados do Banco de Portugal, então o crescimento da economia portuguesa ainda não bateu no fundo, ainda não está a recuperar como disse o primeiro-ministro no debate do estado da Nação.

## O PERDÃO FISCAL BENEFICIOU OS PREVARICADORES. QUEM CUMPRE NADA BENEFICIOU



### SUGESTÕES

POR ISABEL PIRES DE LIMA

## VERÃO 2003. LEITURAS PARA FÉRIAS

Às portas das férias, é habitual pensar-se em escolher livros para levarmos na bagagem ou simplesmente para lermos sem pressas no sofá de casa. A leitura é para muitos um prazer constantemente preterido pelos afazeres do quotidiano, mesmo que desses afazeres façam parte muitos e muitos momentos de leitura. Mas ler em férias é outra coisa, é deixar o princípio do prazer comandar e entregarmo-nos à navegação por esses universos de papel para onde os poetas, os romancistas, os contistas nos projectam a seu bel-prazer... É ler literatura e saborear o prazer do texto. Aqui ficam então algumas sugestões de leitura literária para este Verão, feitas centrando-me apenas em obras novas publicadas ou republicadas este ano pelo nosso mercado editorial, sem olhar à maior ou menor dimensão das obras. Ter tempo é certamente a primeira das sensações boas que as férias comportam. Ora umas das sugestões que deixo é exactamente a de um longo romance.

Retiro-me ao clássico *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust, que está a ser retraduzido para português pelo poeta e excelente tradutor Pedro Tamen. A publicação este ano dos dois primeiros volumes constituiu um dos acontecimentos literários do ano. A obra Proust corporiza certamente um dos momentos fundadores do romance do século XX, que, não deixando de contar uma história, se demarca do romance de tradição realista e problematiza a vivência humana do tempo, abrindo a caminho ao romance ensaio. Sugiro naturalmente a leitura do primeiro volume, intitulado *Do lado de Swan*. Se ler o primeiro, não deixará de se sentir tentado pelo segundo. Ainda um longo romance como segunda sugestão – o último de Lídia Jorge, *O vento assobiando nas gruas*. Um grande fresco sobre o Portugal contemporâneo através da história que une na diferença dois jovens oriundos de universos aparentemente irreconciliáveis: uma jovem diferente, porque oligofrénica, da alta burguesia algarvia e um jovem diferente pela cor, de origem cabo-verdiana, que trabalha com gruas. Um romance cruel e lírico onde se cruzam interrogações sobre as identidades sociais e ráticas e sobre as fronteiras da normalidade com um cântico ao poder do amor para transpor fronteiras. Lê-se de um fôlego. Um breve livro de poesia, *Duende*, de um dos maiores poetas portugueses

vivos, António Franco Alexandre, constitui a minha terceira sugestão. São cinquenta e dois sonetos de amor, tantos quantas as semanas do ano. Sonetos de uma grande depuração formal em torno das variações da linguagem do amor, podemos dizer que com eles o autor inventa uma nova língua do amor. Breves mas belíssimos são também os contos da minha quarta sugestão, *as Histórias ver e andar*, de Teolinda Gersão. Histórias de ver e andar foi o nome que os árabes deram às narrativas de viagem. Ora estes contos da autora constituem uma viagem pontuada pelas inquietações do mundo contemporâneo. Quando os lermos temos a sensação de estar a fazer "zapping" de tal modo são rápidos e acutilantes. Temos até um intitulado "Big Brother isn't watching you". Ao mesmo tempo são contos sobre a arte de contar e de ler, com o magnífico conto, "O leitor", que encerra o livro. Por fim, atrevo-me a sugerir aos mais corajosos, um dos livros fundadores da cultura ocidental, a *Odisséia*, de Homero, recentemente traduzida por Frederico Lourenço. É uma ousada tradução próxima de uma impossível tradução literal, em verso solto, e que, segundo os especialistas, consegue manter as características do estilo homérico. Uma proeza que constituiu outro dos maiores acontecimentos editoriais do ano. Coragem! Boas leituras e boas férias!

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt  
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval  
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt/accacao